



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Psicologia
Programa de Pós *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Processos Clínicos

**Modificação de comportamentos - problema de uma criança vítima de
abuso sexual.**

Marina Rodrigues Novais

Ilma A. Goulart de Souza Britto

Goiânia,
Fevereiro de 2012.



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Psicologia
Programa de Pós *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Processos Clínicos

**Modificação de comportamentos - problema de uma criança vítima de
abuso sexual.**

Marina Rodrigues Novais

Ilma A. Goulart de Souza Britto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Goiânia,
Março de 2012.

N935m Novais, Marina Rodrigues.
Modificação de comportamentos : problemas de uma
criança vítima de abuso sexual [manuscrito] / Marina
Rodrigues Novais. – 2012.
75 f.

Bibliografia: f. 49-53
Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2012.
Orientação: Ilma A. Goulart de Souza Britto
Inclui lista de tabelas, figuras
Inclui anexos

1. Abuso sexual infantil. 2. Análise funcional. 3.
Intervenção comportamental. I. Título.
CDU: 179.2-053.2:159.9(043.3)

Esta Dissertação de Mestrado será submetida à banca examinadora:

Profa. Dra. Ilma A. Goulart de Souza Britto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente da banca

Profa. Dra. Daniela Zanini
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Membro efetivo

Profa. Dra. Elisa Sanabio Tavares Heck
Universidade Federal de Goiás
Membro convidado

Profa. Dra. Denise Teles Freire Campos
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro suplente

Goiânia,
Março de 2012.

Os maiores problemas enfrentados hoje pelo mundo só poderão ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão do comportamento humano (Skinner, 1974/1978, p. 11).

Dedico este trabalho ao meu querido avô Geraldo (*in memoriam*). Cheio de surpresas reforçadoras, me encanta e me surpreende até hoje. Dedico esta conquista a você, meu saudoso vovô, em prova de que sonhos podem se tornar realidade.

Agradecimentos

Ao meu pai, meu herói e grande mestre da vida, que sempre me apoiou em todas as etapas com suas palavras sábias, de incentivo e de amor, que tanto me inspiram.

À minha mãe, que com tanta calma, serenidade e carinho, sempre está disponível e presente. Além de mãe e amiga, é meu porto seguro.

À minha irmã Renata, que me encanta todos os dias com sua doçura e atenção. Também à família que ela trouxe consigo, meu irmão de alma, Mário, e meu sobrinho Edu. Vocês são reforçadores diários na minha existência.

Ao meu namorado Marco, pela cumplicidade, amor e tranquilidade que traz à minha vida.

Aos queridos amigos Lígia e Gleiton pelo constante apoio e ajuda, sempre proporcionando momentos especiais.

Ao professor Rodolfo Petrelli, que muito mais do que um mestre, sempre se mostrou um amigo com amor paternal, sempre disposto a ajudar e aconselhar.

À minha orientadora Ilma, que me acolheu de braços abertos e se colocou ao meu lado nesta caminhada de forma humilde e simples, compartilhando seu conhecimento da forma mais aberta e acessível possível, instigando a busca pelo conhecimento e reforçando qualquer avanço, por mínimo que fosse. A esta grande pessoa, um muito obrigado seria pouco, pois com ela, senti-me mais forte para continuar nesta caminhada.

À professora Denise, que me acolheu como sua orientanda com tanto carinho, e que, como uma grande amiga, tanta força me deu quando decidi trilhar outro caminho. Também à sua importante contribuição na qualificação. Minha admiração e gratidão são eternas.

À professora Daniela Zanini, que tão receptivamente aceitou compor esta banca e tanta contribuição trouxe à qualificação.

À professora Elisa Heck, que gentilmente aceitou o convite de participar da banca.

À Helena, secretária do programa, que cumpre tão bem o seu trabalho e demonstra solidariedade para cada aluno que apresentará o seu trabalho. Com simpatia e competência traz mais alegria ao dia a dia dos alunos do curso de pós - graduação.

Aos colegas do mestrado, em especial Natanael, Luiz, Júlio e Lorena, que comigo compartilharam angústias e alegrias no decorrer desta caminhada.

À minha pequena paciente participante, que tanto me ensinou e contribuiu para a realização deste estudo.

RESUMO

O presente estudo analisou funcionalmente os comportamentos inadequados como birras, desobediências emitidas por uma criança que fora vítima de abuso sexual. Para o controle dos procedimentos foi empregado o delineamento experimental de múltiplas condições com três condições principais: *atenção*, *sozinha* e *controle*. As condições de *atenção* e *sozinha* foram divididas em outras subcondições. Os resultados demonstraram que a atenção social controlava os comportamentos inadequados da participante. Para o programa de tratamento, optou-se pelo uso do delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB seguido de *follow-up*. Sendo uma fase de (A) linha de base I, seguida da fase de (B) intervenção, outra fase de (A) linha de base II, seguida por outra fase de (B) intervenção. Para a intervenção, foi usado o reforçamento diferencial de comportamento alternativo (DRA), um procedimento que envolveu o reforçamento positivo de comportamentos alternativos adequados que são topograficamente diferentes dos comportamentos inadequados, combinado com a sua extinção (EXT). Por meio da intervenção houve um aumento na frequência dos comportamentos adequados e diminuindo-se a frequência dos comportamentos inadequados, podendo-se demonstrar a eficácia do programa de tratamento.

Palavras-chaves: Análise funcional; Intervenção comportamental; Abuso sexual. Eficácia.

ABSTRACT

The present study analyzed functionally inappropriate behavior such as tantrums, disobedience issued by a child who was sexually abused. Procedures for the control of the experimental design was used for multiple conditions with three main conditions: Attention (A) alone (S) and control (C). The conditions of attention and alone have been divided into others sub conditions. The results showed that attention to controlling inappropriate behavior. For the treatment program, it was decided by using the design of the type ABAB reversal followed by follow-up, with a phase of Baseline I (A), followed by the intervention phase (B), another phase Baseline II (A), followed by a new intervention (B). For the intervention, it was used a differential reinforcement of alternative behavior (DRA), a procedure involving positive reinforcement of appropriate alternative behaviors, which are topographically different from inappropriate behaviors, combined with its extinction. Through the intervention there was an increase in the frequency of appropriate behaviors and decreasing the frequency of inappropriate behavior, may be demonstrated effectiveness of the treatment program.

Keywords: Functional Analysis, Behavioral intervention; sexual abuse.Effectiveness.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.** Condições e sessões dos dois delineamentos usados para o controle das birras..... 28
- Tabela 2.** Comportamentos problemas revelados pela mãe e babá da participante.... 31
- Tabela 3.** Eventos antecedentes e consequentes aos comportamentos-problema de Ana..... 32
- Tabela 4.** Frequência e percentual dos comportamentos adequados e inadequados nas fases do estudo..... 34

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Percentual dos comportamentos de birra nas diferentes condições..... 33
- Figura 2.** Frequência de comportamentos adequados e inadequados em todas as sessões..... 36
- Figura 3.** Frequência dos comportamentos inadequados, nas sessões realizadas no consultório, com a presença da mãe e na ausência da mãe..... 37

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
Abuso sexual: definição e consequências.....	2
A psicoterapia infantil.....	7
Aplicação da análise do comportamento.....	9
Objetivos do presente estudo.....	19
MÉTODO.....	20
Participante.....	20
Ambiente e Material.....	21
Procedimento.....	21
Avaliação indireta: entrevistas de avaliação funcional.....	22
Avaliação por observação direta.....	23
Avaliação Experimental.....	23
RESULTADOS.....	31
DISCUSSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	54
Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	55
Anexo 2. Entrevista.....	60
Anexo 3. Folha de registro de comportamentos.....	63

O boxeador Maguila afirma que apesar do boxe ser considerado um esporte violento e impactante, possui regras que foram aceitas *a priori* pelos participantes, ou seja, um boxeador já espera o que o outro vai fazer. No caso da violência, as regras são desrespeitadas e há alterações nos papéis combinados, modificando o critério vincular (Alves, 1998).

O Dicionário Houaiss define a violência como a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

Mas também há violência quando ao invés da força física, atua a força psicológica, que exige uma adesão irrefletida, aparentemente voluntária da outra parte. Em essência, a violência é percebida como exercício da força física ou da coação psíquica para obrigar ou convencer alguém a fazer alguma coisa que contrarie a si, ao seu corpo e a sua consciência, causando-lhe danos profundos (Chauí, 1995).

Sendo assim, no caso do abuso sexual, mesmo que não ocorra uso da força física, o fato do adulto ultrapassar seus limites de poder, de papéis, de regras sociais, aproveitando-se da fragilidade ou falta de consciência de uma criança, para obter prazer sexual, caracteriza-se como violência sexual.

Dados históricos apontados por Sanderson (2005) evidenciam que na antiguidade clássica, os pais e o Estado decidiam sobre a vida e morte das crianças. Existia ainda a idéia de o pátrio poder, que representava o direito de propriedade dos pais sobre os filhos. Somente com o poder da Igreja Católica é que o poder paterno passou a sofrer restrições de sua hierarquia. Foi com a declaração de Genebra, em 1924, que se anunciou a necessidade de proteção especial à criança. E com a construção da

noção de infância, a partir do advento do Estado, da família e da escola, surgiu a noção de abuso sexual. A noção de família deu um lugar especial para a criança na sociedade, lugar este que foi ignorado até o início do século XVII, onde o respeito e o pudor para com as crianças eram ignorados. Foi a partir do século XX que a relação sexual entre um adulto e uma criança passou a ser julgada como “abuso sexual” (Sanderson, 2005).

No Brasil, o abuso sexual como ação violenta contra a criança e o adolescente conquistou maior importância em 1990 com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem por objetivo considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos com garantias de integridade física, psíquica e social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1999) inaugurou o novo Direito Constitucional da Infância e da Adolescência no Brasil, consequência de muita luta e um longo processo de mobilização social. O Estatuto passou a exigir o direito à vida, saúde, educação, convivência familiar, comunitária, profissionalização, liberdade e ao lazer. Atribuiu ao Estado, à família e à sociedade o dever de proteger a criança e o adolescente de toda negligência, violência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Abuso sexual: definição e consequências

Segundo Braun (2002), o abuso sexual infantil consiste no envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade, para as quais não estão aptos a concordarem e que violam as regras sociais e familiares de nossa cultura. Pires Filho (2009) define a violência sexual como a violação de direitos e danos provocados no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. A violência sexual ocorre quando alguém de mais idade faz uso do corpo de uma criança ou adolescente, buscando sentir prazer sexual.

Segundo Failman (2004), abuso sexual é todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas. Consiste no envolvimento de crianças (ou adolescentes) em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade e para as quais não estão aptos a concordarem. Sendo assim, o abuso sexual ocorre quando alguém de maior idade faz uso do corpo de uma criança ou adolescente, buscando sentir prazer sexual.

De acordo com Azevedo e Guerra (1988), caracteriza-se como abuso sexual quando a criança ou adolescente é utilizado para gratificação sexual de um adulto, através do uso de violência física, coação ou abuso de confiança. Esta última ocorre quando o agressor é um membro da família ou responsável pela criança, ou seja, uma pessoa que ela conhece, confia e que muitas vezes, possui uma estreita relação afetiva.

Rodrigues, Brino e Williams (2006) salientam três pontos que servem para distinguir atos abusivos dos não abusivos: o primeiro é que o abusador deve ter um poder hierárquico superior, exercendo controle sobre a vítima que não compreende o que se passa. O segundo ponto é que o agressor deve possuir uma diferença na idade cronológica ou avanço no desenvolvimento social cognitivo. E o terceiro consiste na afirmação de que o agressor busca ou obtém gratificação e satisfação, e um possível prazer da vítima é acidental ou de interesse do abusador.

Segundo o Guia Escolar de Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do Ministério da Educação (2004), a violência implica numa transgressão de poder, negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. Define três formas de violência cometidas contra a criança e o adolescente: a violência psicológica consiste em palavras, xingamentos, rejeições, exigências e ações dirigidas para envergonhar, censurar e pressionar a criança e o

adolescente; a violência física acontece quando um adulto usa a força física contra a criança ou adolescente; e a violência sexual é um ato praticado sem o consentimento da vítima, sendo definido como qualquer situação em que a criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de adultos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1999), o abuso sexual pode ocorrer com ou sem contato físico. Quando não há contato físico, o abuso sexual pode ser verbal, onde há conversas abertas sobre atividades sexuais a fim de despertar o interesse na criança; exibicionismo, quando o abusador gosta de exibir seus genitais para chocar a vítima; ou voyeurismo, quando o abusador obtém prazer observando os órgãos sexuais da vítima.

Quando ocorre contato físico, o abuso sexual é dividido em vários atos de violência que podem ser cometidos contra crianças e adolescentes: atos físico-genitais consistem na relação sexual com penetração vaginal ou tentativa de relação sexual, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e penetração anal; prostituição infantil é descrita como a utilização de crianças ou adolescentes em atos sexuais com adultos, na obtenção de lucro financeiro; estupro é uma situação em que ocorre penetração vaginal com uso de violência ou ameaça; assédio sexual é caracterizado por realização de propostas de contato sexual considerando na maioria das vezes a posição de poder do agressor sobre a criança ou adolescente, chantageada e ameaçada; atentado violento ao pudor é forçar uma criança ou adolescente a praticar atos libidinosos, sem penetração vaginal, podendo apresentar a utilização de violência ou ameaça; já no incesto ocorre uma relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente com a existência de um laço familiar ou uma relação de responsabilidade (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1999).

De acordo com Azevedo e Guerra (1988), o incesto é uma palavra que traz um

sentido de impureza, é considerado um tabu, um assunto pouco discutido e, muitas vezes, um segredo de família que não pode ser revelado. O ato ocorre, em sua maioria, dentro de casa, e por ser um ato que envolve relações de parentesco, de sangue ou de vínculo, é cometido por pessoas de confiança da criança ou adolescente. É definido como abuso sexual intrafamiliar, tendo ou não a violência física, onde há uma estimulação sexual intencional por uma pessoa que possui um vínculo parental com a criança ou adolescente.

O segredo é um mecanismo que o adulto-agressor utiliza para que a vítima não o denuncie. No entanto, a criança abusada, mesmo se não contar por meio da fala, contará por meio de suas mudanças de comportamento, dando sinais notáveis de que algo está acontecendo (Azevedo e Guerra, 1988).

Em relação às conseqüências do abuso sexual, estas variam de acordo com a idade da vítima e do agressor, o grau de relação de ambos, a história de vida da criança, a duração e a freqüência do abuso, o tipo de gravidade do ato e as reações do ambiente. Para Williams (2002), o abuso sexual trata-se de um estressor generalizado, e sendo assim, a criança desenvolve problemas nas áreas onde for mais vulnerável. Por sua vez, Ferrari (2002) declara que a violência sexual deixa conseqüências a curto e longo prazo.

Em curto prazo, as conseqüências físicas e psicológicas mais frequentes são: distúrbios do sono, mudanças de hábitos alimentares, medo, hostilidade diante do sexo do agressor, culpa, depressão, baixa auto-estima, angústia, agressividade, conduta deliquencial, tanto por assumir um padrão igual ao que foi vitimizada, como por apresentar pouca habilidade social ou reação inadequada ao estresse e dificuldades escolares (Ferrari, 2002). Em longo prazo, as conseqüências são: fobias, pânico, personalidade anti-social, depressão com idéias de suicídio, isolamento, ansiedade,

tensão e dificuldades alimentares, drogadição e alcoolismo. Além do que, crianças abusadas podem se tornar pais abusadores no futuro (Ferrari, 2002).

Ainda de acordo com Ferrari (2002), o abuso sexual não deixa sinais totalmente visíveis, mas sequelas emocionais, podendo aparecer indicadores sexuais e agressivos não apropriados, tais como: insegurança, ansiedade, medo, desamparo, autoestima baixa, depressão, conflito familiar, ideias suicidas, raiva, sentimento de culpa, vergonha, dependência e desconforto nas relações íntimas. Essa prática causa danos às crianças, pois elas ainda não possuem uma independência emocional e maturidade para consentir qualquer tipo de contato sexual.

Assim, a criança abusada sexualmente acaba desenvolvendo problemas emocionais depois da violência sexual, exatamente por não ter habilidade diante desse tipo de estimulação. Pode também desenvolver novos comportamentos, como interesse excessivo ou evitação de natureza sexual; problemas com o sono ou pesadelos; depressão ou isolamento de amigos e família; podem ter a sensação que seu corpo está sujo ou contaminado, assim como seus genitais; medo de que haja algo de ruim com seus genitais; nega-se em ir à escola; rebeldia e em casos mais graves, delinqüência; agressividade excessiva; comportamento suicida; terror e medo de algumas pessoas, de lugares; medo irracional diante de um exame físico; mudanças súbitas de conduta. (Ferrari, 2002).

O Ministério da Educação (2004) aponta que as vítimas que sofrem abuso sexual podem apresentar também como consequência da violência a dependência de álcool, drogas, vida sexual precoce, doenças sexualmente transmissíveis ou ainda ingresso na prostituição. Problemas emocionais e sociais como ansiedade, transtornos depressivos, alucinações, baixo desempenho na escola e tarefas de casa, dificuldades de memorizar, comportamentos agressivos e violentos além de tentativas de suicídio também são

questões que podem aparecer (Ministério da Educação, 2004).

Além das conseqüências físicas e emocionais que o abuso sexual provoca na criança, este pode gerar graves dificuldades nas relações afetivas. Segundo Ferrari (2002), crianças abusadas apresentam problemas no desenvolvimento das relações de apego e afeto, desenvolvendo reações de evitação e resistência ao apego.

Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) revisaram quarenta e cinco estudos sobre abuso sexual e concluíram que apesar do comportamento sexualizado das crianças vítimas ser o mais comum, demais problemas como ansiedade, medo, pesadelos, depressão, comportamento de isolar-se, agressividade, birras e choros sem motivos aparentes também aparecem com bastante frequência.

A psicoterapia infantil

A psicoterapia infantil é dirigida ao atendimento às crianças. O trabalho com crianças se dá por meio do brincar, que pode acontecer espontaneamente, ou ser favorecido pelo terapeuta. O brincar tem fundamental importância, pois é por meio da brincadeira que a criança expressa o que não consegue dizer. As brincadeiras são um meio excelente de exposição dos sentimentos e pensamentos infantis (Gonçalves, 1988).

Segundo Gonçalves (1988), o brincar é um instrumento utilizado para compreender e trabalhar com crianças, pois é através dele que as crianças lidam com o mundo proporcionado a elas. A brincadeira é a manifestação do modo como a criança viveu ou se recorda de suas experiências.

Fantasiar envolve componentes respondentes e operantes. Fantasiamos em respostas às palavras, uma das formas de pensar. Fantasiamos tão vividamente que às vezes pode parecer realidade. Quando fechamos os olhos e fantasiamos uma dada situação (e.g., uma praia) as palavras eliciam atividades na parte visual do cérebro, de

forma que você ‘vê’ a praia, visão condicionada, ‘sente’ a areia em seus pés, sentimento condicionado, pois a pessoa já passou por experiências com praias (Skinner, 1953/1970). Fantasiar em certo sentido significa estar lá e somos capazes disso devido a muitas ocorrências de sensações condicionadas.

Segundo Vasconcelos (2001), na terapia analítico-comportamental infantil tenta-se promover um repertório comportamental que possibilite uma maior adaptação social. Assim, comportamentos que são inadequados passam a concorrer com comportamentos adequados que são modelados e fortalecidos no decorrer da intervenção.

Haber e Carmo (2008) salientam que no atendimento à criança, além do fantasiar, a empatia, a aquisição de regras e o desenvolvimento de respostas adequadas são relevantes, indicando como o ambiente influencia o comportamento. O mesmo vale para o acesso às regras das quais a criança dispõe e aos seus comportamentos inadequados, que poderão ser analisados com base nos dados da história de reforçamento.

Ainda segundo os autores, o fantasiar é, portanto, um instrumento diagnóstico e de intervenção, pois permite ao terapeuta atuar nos momentos de fantasia da criança, a fim de estabelecer novos comportamentos. Para que isso ocorra, é imprescindível incluir a família no processo, pois o comportamento da criança, inadequado ou não, é função das relações estabelecidas com os membros familiares.

Desta forma, a modificação de comportamento infantil deve ocorrer tanto com as crianças, como com os pais ou responsáveis, uma vez que o comportamento é função das variáveis ambientais. Entretanto, é importante destacar, assim como o fazem de Rose e Gil (2003), que há leis e princípios que se aplicam a todos os comportamentos operantes, não havendo diferença entre crianças e adultos. O que acontece é que as crianças ainda estão em processo de desenvolvimento, ou seja, em fase de mudança

comportamental que ocorre ao longo da vida de um indivíduo, resultante da interação entre ambiente e fatores orgânicos.

Sendo assim, as crianças podem brincar de qualquer coisa que os adultos fazem seriamente. Mas, quando a criança brinca de um comportamento adulto, ela alcança apenas uma aproximação de tal comportamento, em função de seu repertório comportamental ser limitado. A brincadeira funciona como um estímulo discriminativo que a criança aprende a partir de seu repertório inicial, para depois poder refinar em comportamentos novos.

Aplicação da análise do comportamento

A análise do comportamento é uma ciência do comportamento. O comportamento pode ser definido como qualquer movimento feito por um organismo. Nas palavras de Catania (1998/1999), “qualquer coisa que um organismo faça” (p. 390). Sidman (1989/1995) refere-se a qualquer coisa que fazemos: andar, correr, programar um computador, lutar, agredir, fazer sexo, tocar piano, ouvir música, ir dormir, relatar dor, etc.. Todas essas ações são públicas. Uma parte do comportamento é privada, não diretamente acessível ao outros: pensar, imaginar, prestar atenção, sentir-se triste ou alegre etc.. Esses colocam problemas especiais de medida e descrição, mas ainda permanecem dentro do campo da análise do comportamento.

Em 1938, Skinner publicou seu extensivo trabalho na obra *The Behavior of Organisms*, demonstrando o comportamento como objeto de estudo em seu próprio direito, sem invocar conceitos de outras dimensões ou sistemas subjacentes ao comportamento. Naquele trabalho, Skinner definiu o comportamento como parte da atividade total do organismo, aquilo que ele está fazendo, parte do seu funcionamento, envolvido em agir sobre ou em interação com o mundo externo. Sendo assim, deve-se atentar para o comportamento que o organismo emite, bem como as relações funcionais

entre o comportamento e o contexto em que ocorre. Desde então, nesta abordagem, são as contingências complexas que produzem o comportamento complexo (Chiesa, 1994/2006; Stokes, 2004).

É de suma importância conhecer os princípios básicos e conceitos que norteiam a ciência do comportamento. O projeto dos analistas do comportamento é o de produzir um conhecimento sobre as ações dos organismos em seus ambientes, segundo o modelo das ciências naturais. Esse modelo adota como método de investigação a análise experimental e considera que o fenômeno de seu interesse, as ações dos organismos, como um fenômeno natural (Starling, 2004). Os organismos são seres biológicos operando em um contexto que afeta seu comportamento, e esse, por sua vez, produz efeitos no ambiente, isto é, os organismos são modificados pelas suas próprias experiências (Chiesa, 1994/2006; Skinner, 1953/1970). Desse modo, um conjunto de princípios básicos que descrevem as relações organismo-ambiente construiu a base teórica e prática utilizada pelos analistas do comportamento para estudar o comportamento humano, inclusive o mais complexo.

O objeto da análise do comportamento é o estudo das relações entre as condições antecedentes, o comportamento e as suas conseqüências. Para essa ciência, o comportamento não pode ser compreendido separado das características do contexto onde ele ocorre; sendo assim, o objetivo do analista do comportamento é o de estudar as relações entre o comportamento e os eventos ambientais (Skinner, 1953/1970).

Skinner (1953/1970) considera quaisquer condições que tenham efeito sobre o comportamento. Diz que se estas condições forem analisadas funcionalmente, é possível prever o comportamento e controlá-lo na medida em que tal comportamento possa ser manipulado. Sendo assim, a análise funcional para Skinner (1953/1970) especifica o comportamento como uma variável dependente, e se propõe descrevê-lo em termos das

condições físicas observáveis e manipuláveis em relação às contingências ambientais como variáveis independentes, com foco para suas consequências.

Portanto, a preocupação com o modo através da qual organismo e ambiente interagem, ou seja, suas relações funcionais proporcionam o meio para analisar e modificar o comportamento (Chiesa, 1994/2006). Com uma série de publicações, os analistas do comportamento têm-se esforçado na busca de estratégias para a compreensão dos antecedentes e consequentes dos comportamentos-problemas apresentados pelos indivíduos em suas interações ambientais.

Para estudar os antecedentes e consequentes dos comportamentos-problema utiliza-se a avaliação funcional, que consiste no modo de identificar as variáveis que estão controlando esses comportamentos, a fim de planejar um programa de tratamento. Numa avaliação funcional buscam-se determinar quais são os antecedentes do comportamento, suas consequências imediatas e suas funções.

Segundo Martin & Pear (2007/2009), na avaliação funcional têm-se uma variedade de maneiras de se identificar os antecedentes e as consequências de um comportamento. A primeira delas é através da observação indireta, ou seja, entrevista com pessoas próximas ao indivíduo, além de aplicação de instrumentos como questionários, teste, inventários etc.. A segunda forma de coletar informações para a avaliação funcional é através da observação direta, onde se observará e se descreverá os antecedentes e as consequências imediatas do comportamento no seu ambiente natural. Assim, são planejados e executados planos de tratamento.

Nas últimas duas décadas, no entanto, a atenção desses profissionais tem se voltado para o uso das informações da avaliação e da análise funcional para delinear estratégias mais simples e mais eficientes na identificação das causas de comportamentos-problema para tratá-los com maior eficácia. Isto porque, através das

informações obtidas com a avaliação funcional, é possível prever em quais condições os comportamentos tem ou não probabilidade de ocorrer e sob quais condições isso acontece.

Observando-se as contingências nas quais um comportamento ocorre é possível verificar o que controla tal comportamento. Martin e Pear (2007/2009) esclarecem que por meio de uma avaliação funcional, uma série de processos define os eventos de um ambiente que controlam e mantêm comportamentos-problema. Assim, observam-se as relações de contingência do comportamento: seus antecedentes, isto é, os estímulos discriminativos, ou eliciadores ou as operações motivadoras do comportamento; e as consequências imediatas, ou seja, o comportamento é mantido por reforçamento positivo ou negativo? O comportamento está sendo controlado ou eliciado por determinados estímulos? O comportamento permite se livrar de eventos aversivos? Do ponto de vista da pessoa que o emite, que função tem o comportamento? Martin e Pear (2007/2009) concluem que respostas a tais questões tem implicações importantes para o planejamento de uma intervenção eficaz.

Neste sentido, a avaliação funcional inclui procedimentos de avaliação indireta como entrevistas, questionários, listas comportamentais tanto quanto procedimentos de avaliação direta, em que a pessoa é observada em condições naturais por certo período de tempo. Procedimentos de avaliação experimental também são utilizados para revelar os eventos antecedentes e consequentes que controlam e mantêm o comportamento-problema (Martin & Pear, 2007/2009). Essas análises experimentais, nas quais o comportamento é observado enquanto os eventos do ambiente são manipulados, recebem a denominação de análise funcional e complementam uma avaliação funcional (Martin & Pear, 2007/2009).

A terceira forma de coletar informações para a avaliação funcional e descobrir

quais as variáveis controladoras do comportamento é a análise funcional (AF), onde os eventos ambientais serão manipulados sistematicamente para se testar experimentalmente o papel desses eventos como antecedentes e conseqüências controladoras e mantenedoras dos comportamentos-problema específicos. Segundo Goulart e Assis (2002), a partir da análise funcional é possível promover a manipulação do ambiente do indivíduo, a fim de ensinar habilidades necessárias, mas que estão ausentes ou prejudicadas no seu repertório. A análise funcional demonstra empiricamente as relações de causa-efeito entre comportamento e ambiente (Skinner 1953/1970).

Sendo assim, é possível prever o comportamento e controlá-lo, a fim de manipulá-lo. Pode-se afirmar, portanto, que a análise funcional colabora para o desenvolvimento de intervenções eficazes para comportamentos inadequados através de procedimentos para o tratamento destes comportamentos.

Segundo Hanley, Iwata e McCord (2003), os procedimentos utilizados para a realização de análises funcionais variam tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo entre as condições estudadas nos delineamentos experimentais usados. Tais procedimentos foram modificados para atender cada vez mais uma ampla série de aplicações. Os autores afirmam, inclusive, que quando uma metodologia utiliza a análise funcional, as variáveis ambientais que influenciam na ocorrência do comportamento são identificadas. Assim, os eventos antecedentes e conseqüentes dos comportamentos - problemas são identificados, tornando-se possível compreender porque tais comportamentos ocorrem e porque se mantêm (Hanley et al., 2003).

De acordo com Moreira e Medeiros (2007), a análise funcional é a identificação de relações funcionais entre os comportamentos dos indivíduos e suas conseqüências (p. 144); por meio de uma análise funcional buscam-se os determinantes do

comportamento, seja ele problema ou não.

Iwata, Dorsey, Slifer, Bauman e Richman (1982/1994) desenvolveram um estudo pioneiro no qual condições antecedentes e consequentes foram delineadas para simular aquelas que poderiam evocar e manter comportamentos de autoagressão de uma criança autista em ambientes naturais. Arranjando condições nas quais a autoagressão tanto produzia (1) *atenção* do terapeuta, quanto permitia escapar de (2) *demandas* difíceis, e outra, com consequências não sociais, (3) *sozinho*, observaram-se ocorrências de autoagressões nas três condições, juntamente com uma condição de (4) *controle*. Possíveis funções reforçadoras foram avaliadas: reforço social positivo, reforço social negativo e reforço automático (Iwata et al., 1982/1994).

Britto, Rodrigues, Alves e Quinta (2010) afirmam que a avaliação funcional tornou-se um marco nas atividades de pesquisa experimental nos contextos clínicos e educacionais, sendo essencial para um plano de intervenção comportamental. Outros estudos como os de Marcon (2010), Melo-Gouveia (2010), Pio-Rosa (2008) validaram os resultados da avaliação funcional por meio da análise funcional experimental. Ainda de acordo com Britto et al. (2010), na avaliação funcional é possível identificar o que mantém o comportamento-problema, ou seja, quais são suas fontes de reforço se positivo, negativo ou automático.

Segundo Thompson e Iwata (2005), a melhor maneira de compreender um comportamento é colocá-lo sob múltiplas condições de controle. O delineamento de múltiplas condições consiste na apresentação de várias condições diferentes, num padrão intercalado, por um curto período de tempo. Trata-se de um delineamento muito utilizado em casos de sujeito único (O'Neil et al., 1997).

Estudos publicados em periódicos especializados sobre a análise do comportamento aplicada descrevem a relação de causalidade entre a atenção social e os

excessos comportamentais, bem como a eficácia da intervenção comportamental em classes comportamentais complexas (Iwata et al., 1982/1994; Fisher et al., 1996; Bowman et al., 1997; Braga-Kenyon, 2001; McCord et al., 2001; Hoch et al., 2002; Volkert et al., 2005; Kodak et al., 2007; Pio-Rosa & Britto, no prelo).

Utilizando-se o delineamento de múltiplas condições é possível identificar qual condição mantém o comportamento inadequado. Se através de reforçamento social positivo (atenção), ou por reforçamento social negativo (fuga da exigência), ou ainda reforço automático (estimulação sensorial), (Iwata et al., 1982/1994).

De acordo com Iwata e Dozier (2008), o delineamento de múltiplas condições é eficiente nas avaliações funcionais experimentais, pois permite comparar elementos múltiplos e a consequente influência sobre o comportamento. Assim, mesmo que as condições avaliadas mudem, os procedimentos observam sempre o comportamento alvo - variável dependente - *versus* a condição experimental (eventos antecedentes e consequentes) – variável independente.

Estudos sobre comportamentos-problema de autistas (Iwata et al., 1982/1994; Iwata, Pace, Kalsher, Cowdery & Cataldo, 1990; Iwata et al., 2000; Braga-Kenyon, 2001; Volkert, Lerman & Vorndran, 2005; Kodak, Northup & Kelley, 2007; Mello-Gouveia, 2010), de esquizofrênicos (Dixon, Benedict & Larson, 2001; Wilder, Masuda, O'Connor & Baham, 2001; DeLeon, Arnold, Rodriguez-Catter & Uy, 2003; Lancaster et al., 2004; Santana, 2008; Britto et al., 2010), e sobre tricotilomaníacos (Rapp, Miltenberge, Galensky, Ellingson & Long, 1999; Vorndran et al., 2008), dentre outros, foram focados na metodologia de análise funcional ou avaliação funcional experimental, onde foi utilizado o delineamento de múltiplas condições.

Os resultados de tais estudos demonstraram que o comportamento de autoagressão de autistas, assim como o comportamento de fala inapropriada de

esquizofrênicos, sofreu influência da atenção social e fuga de demanda, mas não foi influenciado por outras condições como condição controle e condição sozinho. Já o comportamento de arrancar os cabelos dos tricotilomaníacos ocorreu fortemente na condição sozinho, demonstrando a influência do reforçamento automático.

Os estudos acima citados demonstram a relevância do delineamento de múltiplas condições para que se identifiquem os eventos antecedentes e consequentes dos comportamentos-problema. Laraway, Snyckerski, Michael e Poling (2003) esclarecem que os eventos antecedentes servem como estímulo discriminativo ou como operações motivacionais, podendo influenciar a ocorrência do comportamento. É importante destacar os efeitos das operações motivacionais (Michael, 1982, 1993). Operações motivacionais têm suma importância em pesquisas que utilizam a metodologia de análise funcional, que buscam os eventos que causam e mantêm os comportamentos (Laraway et al., 2003). Isso porque, Michael (1982) forneceu a base conceitual para que os analistas comportamentais teorizassem sobre o tema motivação nas pesquisas da análise do comportamento.

Uma operação motivacional pode alterar momentaneamente o efeito reforçador de um estímulo. Para Skinner (1953/2007), se um indivíduo encontra-se em privação de água, por exemplo, a probabilidade de beber água será muito maior do que se estiver saciado. Uma operação motivacional também pode ter função evocativa, ou seja, pode aumentar comportamentos que tenham sido previamente reforçados pelo estímulo (Michael, 1982, 1993). Uma operação motivacional insere o efeito estabelecedor de um reforço. Por exemplo, longos períodos sem comida estabelecem a comida como reforço, evocando comportamentos de busca pela comida, evocando comportamentos que no passado produziram comida.

A operação motivacional “altera o quanto os indivíduos querem algo”. Segundo Michael (1982), as operações motivadoras são eventos que aumentam momentaneamente a probabilidade de as pessoas agirem para obter algo porque o valor reforçador deste “algo” foi alterado, aumentando assim a probabilidade de ocorrência de comportamentos que, anteriormente, resultaram em tal reforçador. Segundo Martin & Pear (2007/2009), a história da disponibilidade diferencial dos estímulos reforçadores fará com que tais estímulos se tornem mais ou menos reforçadores.

Estudos como os de Marcon e Britto (no prelo) atentam para a utilidade do conceito de operação motivacional para a análise e intervenção sobre comportamentos-problemas, partindo do pressuposto que o valor reforçador da atenção social estaria sujeito a operações motivadoras estabelecidas e que estas evocariam comportamentos (apropriados ou não). As autoras analisaram os efeitos das operações motivacionais sobre o valor da atenção no comportamento verbal inapropriado de pessoas com o diagnóstico de esquizofrenia, como uma tentativa de interpretar o pouco acesso à atenção como uma operação motivacional que estabelece a atenção como um reforçador, evocando assim qualquer resposta que, no passado, produziu atenção.

Pesquisas como as de Iwata, Smith e Michael (2000) demonstram que a manipulação das variáveis motivadoras é um poderoso método para reduzir comportamentos inapropriados e aumentar ocorrências de comportamentos desejáveis em ambientes naturais.

Ressalta-se também a importância dos efeitos experimentais sobre o comportamento de um indivíduo – o sujeito único. Segundo Sidman (1960/1970), a diferença da metodologia utilizada está nos delineamentos experimentais. Os delineamentos de sujeito único têm como característica tratar os sujeitos individualmente, tanto no que se refere ao próprio delineamento, quanto ao

processamento dos dados, o que não implica a utilização de um único sujeito por experimento. Assim, o experimento pode ter mais de um sujeito, mas eles são tratados de forma independente. Neste caso, a unidade de análise é o próprio comportamento do sujeito.

Como afirmam Martin e Pear (2007/2009), o delineamento de múltiplas condições de caso único mede repetidamente o desempenho do indivíduo, focando na variação individual deste desempenho. Neste modelo de delineamento, o sujeito é exposto a uma série de condições, mensurando-se repetidamente seu desempenho e verificando se há uma relação ordenada entre as condições manipuladas no experimento e as alterações nessas medidas.

Outro delineamento bastante utilizado em casos de sujeito único é o delineamento experimental de reversão-replicação (ABAB). Este delineamento consiste numa fase de linha de base ou coleta de dados (A), seguida pela intervenção ou fase de tratamento (B).

Na fase de intervenção são utilizados os princípios de reforçamento positivo e a extinção. O que mantém um comportamento operante é a sua consequência. Um reforçamento positivo, quando apresentado imediatamente após a emissão de dado comportamento, torna-o mais provável de ocorrer novamente.

Já na extinção, o reforço é retirado, e o que se tem é a diminuição da frequência do comportamento, pois este não mais desencadeia a consequência desejada. Assim, o comportamento é emitido e não é reforçado, havendo o seu enfraquecimento (Martin & Pear 2007/2009).

Objetivos do presente estudo

O presente estudo pretendeu avaliar as condições que produzem e mantêm os déficits e os excessos comportamentais de uma criança que foi abusada sexualmente,

considerando a possibilidade de extinguir os comportamentos inadequados e instalar comportamentos novos adequados.

Sendo assim, no primeiro momento foi utilizado o delineamento de múltiplas condições, envolvendo três das condições desenvolvidas por Iwata et al., (1982/1994) como condições de *atenção*, *sozinho* e *controle*. As condições de *atenção* e *sozinho* foram subdividas e incluídas no presente estudo. O objetivo foi o de analisar funcionalmente os antecedentes e consequentes dos comportamentos inadequados da criança, verificando quais aspectos do ambiente controlavam tais comportamentos.

No segundo momento, foi utilizado o delineamento de reversão e replicação, no formato ABAB, seguido por *follow up*, com o objetivo de intervir nas classes comportamentais inadequadas. Para essa finalidade foi usado um procedimento que envolveu a extinção dos comportamentos inadequados, combinado com o reforçamento de comportamentos alternativos adequados.

MÉTODO

Participante

Participou deste estudo Ana (nome fictício), uma criança do sexo feminino de três anos de idade, filha única de pais separados e que residia com a mãe num bairro de classe média alta. Ana foi selecionada por apresentar classes de comportamentos-problema como agressões físicas (e.g., tapas e mordidas) frequentes à babá e à mãe. Também dormia muito mal, com relatos de pesadelos todas as noites. Ana não ficava sozinha, não brincava com outras crianças e deixou de frequentar residências de parentes e amigos. Quando saía de carro, agarrava-se à cadeirinha do veículo para não descer, fazia birra e gritava alto obtendo atenção de terceiros. Crises de choro eram freqüentes. Em casa permanecia a maior parte do tempo em frente à TV. Voltou a usar fraldas, não aceitando ficar sem elas nem mesmo durante o dia.

Em relação à história de vida da criança, Ana nasceu em Goiânia, de cesariana, e o relacionamento dos pais acabou quando a menina estava com cinco dias. Após o término do relacionamento, o pai buscava a filha nos finais de semana, passando estas tardes com ela. Quando mãe e filha se mudaram para o interior do estado, o pai visitava a filha em casa, por cerca de duas a três horas, o que fazia com intervalos de três em três meses ou mais. Quando a menor já contava com quase dois anos de idade, o pai entrou com ação para regulamentação de visitas, e visitava a filha com mais freqüência e, muitas vezes, permanecia em um hotel da cidade juntamente com a criança.

Segundo os relatos da mãe, nesta ocasião, ele conviveu mais freqüentemente com a filha sem a sua supervisão direta. A mãe relatou que nessa época iniciaram as alterações comportamentais de Ana e ela notou esse fato após a terceira visita. Para a

mãe, os comportamentos-problema de Ana não eram comuns antes do início do convívio com o pai.

Quando a criança relatou que o pai colocou a mão e o pênis em sua genitália a mãe duvidou do fato, mas diante de tantas mudanças no comportamento da menina, ela impediu o pai de ver a filha e procurou ajuda profissional.

Ambiente e Material

As sessões experimentais foram realizadas em dois ambientes: no consultório particular de uma clínica de psicologia e na casa da participante. No consultório havia duas poltronas, tapete com almofadas, mesa com computador, cadeiras e um armário com brinquedos, como bonecas, carrinhos, jogos e materiais como pincel, tinta, lápis, giz de cera, lápis preto e folhas A4. Já na casa da participante as sessões foram conduzidas na ante-sala de seu quarto, onde a criança permanecia a maior parte do tempo. Na ante-sala havia um aparelho de TV e DVD, dois sofás, um tapete, uma cômoda com fotos e alguns brinquedos de Ana.

Ambos ambientes foram equipados com uma filmadora digital para o registro em vídeo das sessões. A filmadora foi instalada num tripé colocado em um dos cantos do ambiente o que permitiu registrar os movimentos da criança. Também foram utilizados aparelho de DVD, computador, lápis, papel A4, impressora HP Office Jet, brinquedos, cartolina, tinta, pincel, balas e pirulitos variados.

Procedimento

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, COEP da Pontifícia Universidade Católica de Goiás a fim de obter sua aprovação. Paralelamente, a pesquisadora solicitou para que a responsável comparecesse à clínica, onde foram

explicados os objetivos do estudo, a duração e o programa de intervenção comportamental. Em seguida, a pesquisadora solicitou autorização da mãe da criança para a realização da pesquisa, momento em que foi assinado o termo de consentimento livre e esclarecido, TCLE (Anexo 1).

Para a seleção da participante, foi considerado o critério de conveniência. A participante chegou ao consultório da pesquisadora trazida pela mãe, apresentando as características desejadas pela pesquisadora para a realização do presente trabalho. Ficou então decidido, com a devida autorização da mãe, que a criança seria a participante do estudo.

I - Avaliação indireta: entrevistas de avaliação funcional

Para obtenção de mais dados sobre a história ambiental e os comportamentos-problema da participante, recorreu-se aos procedimentos de avaliação indireta por meio da Entrevista para Avaliação Funcional. Essa entrevista foi desenvolvida por O'Neil et al., (1997), traduzida e adaptada por Oliveira e Britto (2011) (Anexo 2).

Entrevistas para avaliação funcional. As entrevistas foram realizadas com a mãe da participante, a professora e a babá, com a finalidade de identificar quais os comportamentos-problema da participante, e em quais contextos e momentos tinha maior ou menor probabilidade de ocorrer. Desta forma, para a realização das entrevistas, a pesquisadora lia as perguntas e registrava as respostas. Este procedimento possibilitou a descrição dos comportamentos-problema da participante tais como birras, desobediências, choros compulsivos, relatos sobre o abuso sexual de acordo com as entrevistadas, bem como os eventos que os desencadeavam e na presença de quem eles ocorriam. O tempo de duração de cada entrevista foi aproximadamente 40 minutos.

II. Avaliação por observação direta.

Os dados de avaliação por observação direta foram obtidos por meio de registros em vídeo. Esse procedimento permitiu observar os comportamentos-problema enquanto eles ocorriam, seus antecedentes, isto é, o que estava acontecendo antes da emissão do comportamento, e suas consequências, ou seja, o que acontecia exatamente após a emissão do comportamento, no contexto terapêutico e no ambiente natural da participante. Os dados obtidos em vídeo foram transcritos nas Folhas de Registro de Comportamento (Anexo 4). Os comportamentos da participante foram observados durante uma semana em sua casa sendo duas sessões individuais de dez minutos, cada sessão. Também no consultório da pesquisadora em duas sessões, cada uma delas de 15 minutos com a presença da mãe.

Foram observadas várias classes de comportamentos-problema da participante. A participante chorava e gritava repetidamente. Pedidos para que parasse de emitir esses comportamentos não produziam os efeitos desejados, pois a criança não respondia às instruções da mãe ou da babá. Comportava-se exatamente ao oposto do que fora solicitado e não atendia as demandas da mãe ou da babá. Todos os que estavam com ela no ambiente poderiam ouvir falas inoportunas constituídas de várias palavras como se ela falasse para si mesma, mas com um volume de voz audível (e.g., “Eu to nervosa, porque o papai lobo mau colocou o “p” e o dedo na minha “p”).

III. Avaliação Experimental.

Optou-se por estudar os eventos antecedentes e consequentes que controlavam os comportamentos-problema da participante. Nesta fase, os eventos que controlavam os comportamentos de birra (chorar e gritar repetidamente) foram experimentalmente manipulados. Para a manipulação sistemática dos eventos ambientais responsáveis pela

emissão dos comportamentos de birra, foi realizada uma análise funcional experimental com o uso do delineamento de múltiplas condições com três condições principais três: *atenção (1), sozinha (2) e controle (3)*, sendo incluídas outras subcondições.

A condição atenção (1) incluiu três subcondições: (1.1) atenção, ordenar, (1.2) atenção, contato físico e (1.3) atenção, comentário. A condição (2) sozinha incluiu duas condições: condição (2.1) sozinha com demanda e condição (2.2) sozinha sem demanda. Também, uma (3) condição, controle. Foi escolhida, arbitrariamente, a seguinte sequência de aplicação das condições: (1.1) atenção, ordenar, (1.2) atenção, contato físico, (1.3) atenção, comentário, (2.1) sozinha com demanda, (2.2) sozinha sem demanda e (3) controle. As sessões ocorreram duas vezes por semana, no consultório da pesquisadora, tendo sido realizadas três sessões em um dia e três sessões em outro, com duração de cinco minutos cada, com intervalos de até 15 minutos entre uma sessão e outra. Todas as sessões foram registradas em vídeo.

O delineamento, tal como foi aplicado, está especificado como se segue.

(1.1) *Condição atenção, ordenar*. Condição na qual a pesquisadora permaneceu no consultório por cinco minutos, sentada na poltrona ou no tapete em frente a participante, brincando com jogos ou desenhando. A cada emissão de comportamento de birra a pesquisadora parava o que estava fazendo, olhava nos olhos da criança e com voz firme, ordenava: “Ana, não faça isso”. Em seguida, a pesquisadora voltava às suas atividades. O tempo usado para a disponibilização da atenção social foi o de até 10 segundos.

(1.2) *Condição atenção, contato físico*. Condição na qual a pesquisadora permaneceu no consultório por cinco minutos, sentada na poltrona ou no tapete em frente a participante, brincando com jogos ou desenhando. A cada emissão de choros e gritos, a pesquisadora parava o que estava fazendo e tocava levemente com uma das

mãos no ombro da criança e assim permanecia até que ela parasse com os choros e gritos.

(1.3) *Condição atenção, comentário.* Condição na qual a pesquisadora permaneceu no consultório por cinco minutos, sentada na poltrona ou no tapete em frente a participante, brincando com jogos ou desenhando. A cada emissão de choro ou gritos, a pesquisadora parava o que estava fazendo, se aproximava da criança e comentava “alguma coisa está acontecendo com você”. Depois fazer o comentário, a pesquisadora voltava às suas atividades.

(2.1) *Condição sozinha com demanda.* Condição na qual a pesquisadora entregou em livro de desenhos para colorir e solicitou à criança que colorisse uma página que continha o desenho da Branca de Neve. Em seguida, a pesquisadora ausentou-se da sala por cinco minutos, deixando a câmera ligada.

(2.2) *Condição sozinha sem demanda:* condição na qual a pesquisadora solicitou à criança que aguardasse por cinco minutos no consultório, que logo ela retornaria. Em seguida, a pesquisadora saiu da sala deixando a câmera ligada.

(3) *Condição Controle:* A criança permaneceu no consultório por cinco minutos. No consultório foram disponibilizados diferentes brinquedos como bonecas, jogos, lápis de cor, folhas e pirulitos.

Todas as sessões do delineamento de múltiplas condições foram realizadas no consultório da pesquisadora.

Após a aplicação dessas condições, foi iniciada a transcrição do material registrado em vídeo. De posse dos dados das sessões experimentais, foi identificado que a atenção social fornecida pela pesquisadora controlou os comportamentos de birra da participante durante as condições acima estudadas.

Como o comportamento de birra parecia ser controlado por atenção social por parte da pesquisadora, decidiu-se usar o reforçamento diferencial de comportamento alternativo, (DRA) no segundo momento do presente estudo.

Para tratar as classes de comportamentos indesejados como birras, desobediências ou falar sobre o assédio sexual foi usado o reforçamento diferencial de comportamentos alternativos (DRA), cujo procedimento envolveu a extinção (EXT) dos comportamentos inadequados da participante combinado com o reforçamento positivo de comportamentos alternativos adequados.

Para o controle dos procedimentos foi usado o delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido de *follow-up*. Os comportamentos inadequados foram observados e os dados da linha de base (LB-I) foram coletados em quatro sessões, com duração de 30 minutos cada, em quatro dias da semana, sendo duas sessões na casa da participante, também uma sessão individual no consultório da pesquisadora e uma sessão com a mãe no consultório da pesquisadora.

Encerrada esta etapa, foi iniciado o programa de intervenção (INT-I), sendo duas sessões individuais no consultório, duas sessões com a mãe no consultório e seis sessões na casa da participante. Todas as sessões tiveram duração de 20 minutos cada. Em seguida, foi retirada a intervenção, havendo um retorno a linha de base (LB-II) com mais três sessões de 20 minutos cada, realizadas uma sessão individualmente no consultório da pesquisadora, uma sessão com a mãe no consultório da pesquisadora e outra na casa da participante. Após, foi reintroduzido o programa de intervenção (INT-II) com mais três sessões, realizadas com a mesma duração e local da LB-II.

Após todas as fases de linha de base e de intervenção terem sido realizadas e de ter transcorrido um mês sem contato com a participante, foram realizadas mais duas sessões de 20 minutos cada de *follow up*.

Assim, as fases de intervenção (INT I e INT II) caracterizaram-se pelo reforçamento diferencial de comportamentos alternativos (DRA), disponibilizando-se o reforço positivo para os comportamentos alternativos desejados (e.g., brincar sozinha, não se intrometer enquanto a mãe realiza qualquer atividade, esperar por sua vez para obter atenção da mãe, falar sobre outros eventos diferentes do abuso, dentre outros), enquanto os comportamentos-problema (e.g., birras, desobediências, falar sobre o abuso, dentre outros) foram ignorados (EXT). A seguir, serão descritas as estratégias usadas no programa de intervenção para o tratamento da classe comportamental de birras.

1. Linha de Base (LB I e LB II) - (Sem Reforçadores).

As sessões da LB I para o comportamento de birra tiveram início quando suas ocorrências foram registradas na folha de registro (Anexo 4) pela pesquisadora. Assim, todas as ocorrências de choro seguido de gritos que a criança apresentava durante as sessões foram registradas. A LB I teve duração de quatro sessões. Nenhuma consequência era fornecida à participante após a emissão da birra. A Linha de Base II (LB II) seguiu o mesmo procedimento da LB I, mas com duração de três sessões.

2. Intervenção (INT I e INT II) – Reforçamento Diferencial Alternativo (DRA)

Nesta fase a pesquisadora sempre reforçava os comportamentos adequados da participante com atenção social, ou seja, fazia contato visual com a criança, sorria e dizia: “Muito bem, Ana, você está muito boazinha assim. Parabéns”. Quando a criança emitia o comportamento-problema, a pesquisadora desviava o olhar de sua direção, ou se afastava da participante, no procedimento de extinção (EXT) e só voltava a interagir com a criança quando o comportamento cessava. A fase de intervenção I (INT I) teve

duração de dez dias. A fase de intervenção II (INT II) seguiu o mesmo procedimento da INT I, mas com duração de três dias.

Todas as ocorrências dos comportamentos inadequados foram anotadas na folha de registro de comportamento (Anexo 4). A mãe foi orientada pela pesquisadora a reforçar o comportamento desejado e a ignorar o comportamento indesejado apresentado pela participante. A Tabela 1 resume as fases dos dois delineamentos usados.

Tabela 1. Condições e sessões dos dois delineamentos usados para o controle das birras.

	Condições	Sessões	Duração	Local	Procedimento
Delineamento de múltiplas condições	1.1 Atenção, ordenar.	1 ^a	5 min.	Consultório	Ana, não faça isso.
	1.2 Atenção, contato físico.	2 ^a	5 min.	Consultório	Tocar no ombro.
	1. Atenção, comentário.	3 ^a	5 min.	Consultório	“Alguma coisa está acontecendo com você”
	2.1 Sozinha c/ demanda	4 ^a	5 min.	Consultório	Sozinha +Tarefa
	2.2 sozinha s/ demanda:	5 ^a	5 min.	Consultório	Sozinha s/tarefa
	(3) Condição Controle:	6 ^a	5 min.	Consultório	Com reforçadores.
Delineamento de Reversão e Replicação		7 ^a	30 min.	Consul. sozinha	Sem consequência
	Linha de Base I	8 ^a	30 min.	Consultório/mãe	Sem consequência
		9 ^a e 10 ^a	30 min.	Casa	Sem consequência
		Intervenção I	11 ^a e 12 ^a	20 min.	Consul. sozinha
	13 ^a a 15 ^a		20 min.	Consultório mãe	DRA e EXT
	16 ^a a 20 ^a		20 min.	Casa	DRA e EXT
	21 ^a		20 min.	Consul. sozinha	Sem consequência
	Linha de Base II	22 ^a	20 min.	Consultório mãe	Sem consequência
		23 ^a	20 min.	Casa	Sem consequência
		Intervenção II	24 ^a	20 min.	Casa
	25 ^a		20 min.	Consul sozinha	DRA e EXT
	26 ^a		20 min.	Consultório mãe	DRA e EXT
	Follow-up		27 ^a	20 min.	Consultório mãe
28 ^a		20 min.	Casa	Observações	

Análise dos dados: Na condição ‘atenção, ordenar’, eram registrados o comportamento de birra emitido pela participante após a pesquisadora dizer “Ana não

faça isso”, Na condição “*atenção, contato físico*” após a pesquisadora tocar no ombro da participante. Na condição “*atenção, comentário*” era registrado o comportamento-problema após o comentário da pesquisadora. Na condição “*sozinha*” e “*sozinha com demandas*” caso a birra ocorresse seria registrado. Na condição “controle” seria registrado o comportamento de birra enquanto a participante permanecia com os reforçadores.

Posteriormente, foram calculados os percentuais das classes de comportamentos-problemas indesejados em todas as condições estudadas no delineamento de múltiplas condições. Em seguida, foram registradas também as frequências das classes comportamentais desejadas e indesejadas que ocorreram durante o delineamento de intervenção-replicação, seguido de *follow-up*.

Todos os dados coletados foram registrados em folhas de registros. As folhas continham cabeçalho com espaços para o nome das classes comportamentais, datas e número da sessão. Para o delineamento de múltiplas condições foram colocados espaços quadriculados representando intervalos de tempo de 20 segundos e que totalizaram 15 intervalos. Dessa forma, seria possível obter três ocorrências das birras em um minuto. As ocorrências dos comportamentos de birras eram marcadas com um ponto (.) e a não ocorrência com um xis (x) nas folhas de registro (Anexo 4). A escolha da duração do intervalo foi decidida pelas diretrizes das observações etológicas que sugerem intervalos curtos para comportamentos cuja frequência é alta. Para o delineamento de reversão-replicação seguida do *follow-up* foi registrada nas folhas de registros cada ocorrência das classes comportamentais. A folha de registro foi dividida ao meio, sendo que de um lado eram registrados os comportamentos adequados e do outro lado os comportamentos inadequados. Em caso de dúvidas o vídeo era reprisado tantas e quantas vezes fossem necessárias.

Teste de concordância. Durante a análise dos dados, contou-se com a colaboração de dois profissionais com experiência em observação para que fosse realizado o teste de concordância dos dados obtidos. Para cálculo do índice foi utilizada a fórmula padrão: $[\text{Concordância} / (\text{Discordância} + \text{Concordância})] \times 100$. Foram analisadas 100% das sessões do delineamento de múltiplas condições e 100% das sessões, de cada fase, do delineamento de reversão. No delineamento de reversão, os cálculos foram efetuados em separado para os comportamentos adequados e para os comportamentos inadequados. O percentual de fidedignidade foi calculado para cada comportamento e alcançou um alto índice de concordância ainda que com variações de 89% a 100%.

RESULTADOS

Os dados do presente estudo, obtidos pela entrevista de avaliação funcional sobre os comportamentos-problema da participante, a descrição dos eventos antecedentes e consequentes obtidos pelos procedimentos de avaliação direta e os dados obtidos por meio do delineamento de múltiplas condições e do delineamento de intervenção replicação, seguido do *follow-up*, serão apresentados em forma de figuras e tabelas.

A Tabela 2 resume as informações obtidas por meio da entrevista de análise funcional com as cuidadoras da participante.

Tabela 2. Comportamentos problemas revelados pela mãe e babá da participante.

<i>Comportamentos-problema</i>	<i>Eventos que os desencadeiam</i>	<i>Reforçadores</i>
Birras: chora, grita, deita no chão e esperneia. Duração: até que sua vontade seja atendida. Frequência: várias ao dia. Tentativas de reduzir o comportamento: castigo, ou faço o que ela quer.	Horário: qualquer horário, basta ser contrariada. Ambiente: principalmente em casa. Pessoas: mãe e babá Atividades: quando eu preciso ler, trabalhar, quando vou fazer unha, sempre que não posso dar atenção a ela.	Comestíveis: chocolate, pirulito, bala, coca-cola. Objetos: bonecas Barbie e pula-pula, assistir DVD Local: casa da tia, parquinho em frente de casa, pracinha da Igreja.
Desobediência Duração: uns 20 segundos Frequência: varias ao dia. Tentativas de reduzir o comportamento: castigo e conversar.	Horário: qualquer horário. Ambiente: todos. Pessoas: comigo e com a babá. Atividade: sempre que peço para ela não fazer algo, ela vai lá e faz.	
Falar sobre o abuso Frequência: umas 2 ou 3 vezes por dia. Tentativas de reduzir o comportamento: não consigo, aí acabo dando atenção para ela mudar de assunto.	Horário: qualquer horário. Ambiente: em casa. Pessoas: comigo. Atividade: Sempre que suas birras não dão certo, ou quando estou concentrada em alguma coisa do trabalho ou na TV e também quando chega visita.	

Os dados da Tabela 2 demonstram que a mãe nomeou os comportamentos-problema da participante como birras, desobediências e falas sobre o abuso sexual. A babá nomeou os comportamentos da participante como birra e desobediência, comportamentos esses que ocorriam em várias condições, como resume os dados evidenciados na tabela acima.

Na Tabela 3, estão evidenciados os dados obtidos com as sessões de observação direta realizadas em diferentes momentos na casa da participante.

Tabela 3: Eventos antecedentes e consequentes aos comportamentos-problema de Ana

<i>Evento antecedente</i>	<i>Comportamentos da participante</i>	<i>Evento consequente</i>
Mãe e pesquisadora conversam	Ana chora e diz: “Calem a boca, não quero que vocês conversem”. Grita e se joga no chão.	Mãe: “O minha filha, por favor, é rapidinho o que a mamãe vai falar com a tia Marina”.
O celular da mãe toca e ela atende.	Ana começa a correr pela sala, abrindo o armário de brinquedos e jogando tudo o que vê pela frente no chão, às gargalhadas.	A mãe desliga o telefone e corre em direção à filha para segurá-la.
Mãe fazendo unha com a manicure.	Gritos. Fala que não quer ficar sozinha, chora, joga-se no chão e diz que o papai colocou o p. na sua p.	A mãe levanta-se e vai em direção a filha: “A mamãe precisa fazer unha, escolha um brinquedo pra você?”
Pedidos para brincar com sua massinha. A babá e a mãe dizem que não, pois acabou de limpar a sala.	Choros e gritos por 23 segundos. Olha para a mãe e diz: “Hoje eu to triste, porque lembrei que o papai colocou o p. na minha p.”	A mãe chora, abraça e coloca a filha no colo; adia a saída para o trabalho.
Com a babá brincando. A mãe liga e avisa a hora do almoço e após ir para a escola.	A criança começa a chorar, joga-se no chão e diz: “Mas eu quero!” por 45 segundos.	A babá liga para a mãe, que autoriza a continuidade da brincadeira.
Ana perde a perua para a escola. Mãe pede que ela pelo menos guarde seus brinquedos.	Corre e pega mais brinquedos, espalhando-os no chão, dizendo que não vai guardar nada.	A mãe guarda os brinquedos.
DVD ligado, a mãe na outra sala com a pesquisadora, quando o DVD acaba.	Recusa guardar os brinquedos, e diz que está muito cansada.	A mãe ri da criança e pergunta o que ela deve fazer então.

Através dos dados da tabela 3 é possível perceber que os comportamentos inadequados da criança eram reforçados tanto pela mãe, como pela babá.

Os dados das condições que produziram e mantiveram os déficits e excessos comportamentais da participante estão resumidos na Figura 1.

A Figura 1 demonstra o percentual dos intervalos de tempo do comportamento de birra emitido pela participante nas várias condições do delineamento de múltiplas condições: atenção, ordenar; atenção, contato físico; atenção, comentário. Também, duas condições de sozinho: sozinho, com demanda e sozinho, sem demanda. E ainda, uma condição de controle.

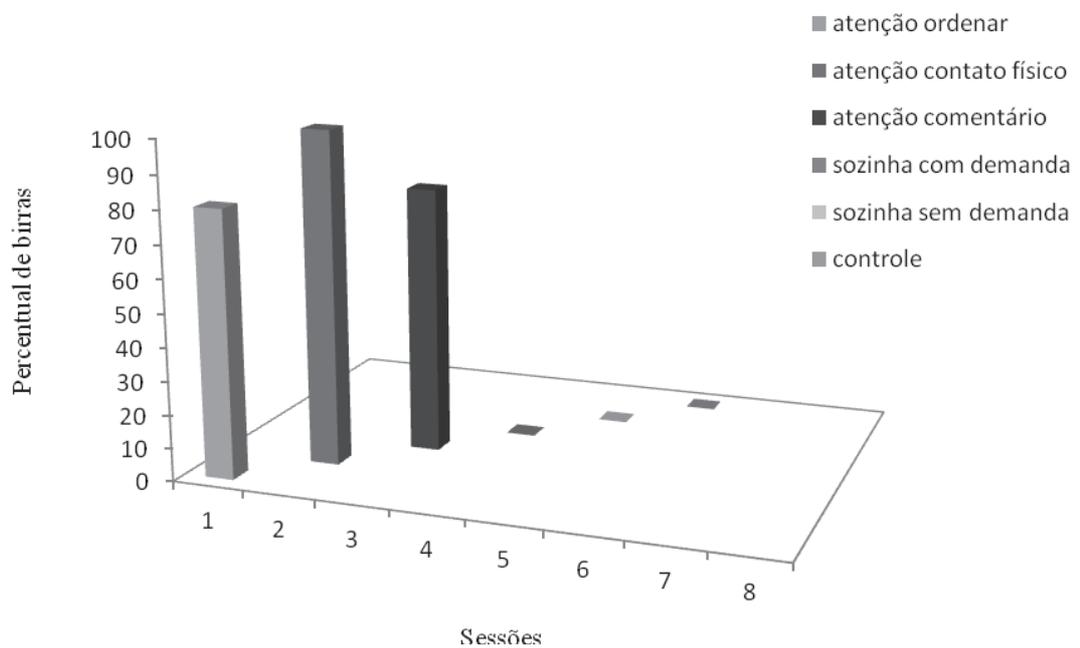


Figura 1. Percentual dos comportamentos de birra nas diferentes condições.

Os dados da Figura 1 demonstram que na condição de atenção, ordenar e na condição de atenção, comentário, o comportamento de birra ocorreu em 80% dos intervalos de tempo da sessão.

Já na condição atenção, contato físico o comportamento de birra ocorreu em 100% dos intervalos da sessão. Nas duas condições de sozinha, sozinha com demanda e sozinha, sem demanda e também, na condição controle, não houve ocorrências do comportamento de birras.

Os dados da Figura 1 demonstram de modo inequívoco que as ocorrências do comportamento de birra nos intervalos foram altas nas três condições de atenção: ordenar, contato físico e comentário. Porém, nas subcondições de sozinha (sozinha com demanda e sozinha sem demanda) e condição controle não produziram os mesmos efeitos sobre o comportamento de birra da participante.

Para extinguir os comportamentos inadequados e instalar novos comportamentos adequados, foi utilizado o delineamento de reversão e replicação, no formato ABAB, seguido por *Follow-up*. Os dados dos comportamentos adequados e inadequados produzidos no delineamento de reversão-replicação estão resumidos na Tabela 4.

Tabela 4. Frequência e percentual dos comportamentos adequados e inadequados nas fases do estudo

<i>Fases</i>	<i>Números de sessões</i>	<i>Comportamentos adequados</i>	<i>%</i>	<i>Comportamentos inadequados</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>
LB-I	4	5	6,25	75	93,75	80
INT-I	10	117	75,48	38	24,52	155
LB-II	3	35	97,22	1	2,78	36
INT-II	3	35	97,22	1	2,78	36
Follow-up	2	23	95,83	1	4,17	24

Observa-se que na LB-I, a frequência dos comportamentos inadequados (e.g.; birras, desobediências, ou falas sobre o abuso sexual, dentre outros), permaneceu alta. Na primeira sessão, os comportamentos inadequados ocorreram 7 vezes. Na segunda tais comportamentos ocorreram 17 vezes, na terceira, ocorreram 26 vezes, e na quarta sessão 27 vezes.

Ainda nas sessões de LB I, a frequência dos comportamentos desejados (brincar sozinha, não se intrometer enquanto a mãe realiza qualquer atividade, esperar por sua vez para obter atenção da mãe, etc.) comparadas a frequência dos comportamentos indesejados foi baixa: 2 ocorrências na primeira sessão, 1 ocorrência na segunda, 1 na terceira e 1 na quarta sessão.

Na fase da INT-I, a frequência dos comportamentos inadequados que sofreram intervenção foi nitidamente alterada em relação à LB-I, ou seja, os comportamentos inadequados reduziram de frequência, enquanto os comportamentos adequados aumentaram suas frequências.

A frequência dos comportamentos inadequados reduziu de 7 ocorrências na primeira sessão de LB-I para 2 ocorrências na primeira sessão da INT-I e zero ocorrências na segunda sessão. Na terceira sessão da INT-I, foram registradas 10 ocorrências de comportamentos inadequados, na quarta sessão, 8 e na quinta sessão 6. Na sexta sessão, 6 ocorrências, seguidas por 3 na sétima sessão, 3 na oitava e nenhuma ocorrência na nona e décimas sessões.

Em relação à frequência dos comportamentos desejados, este teve 8 ocorrências na primeira sessão da INT-I. Na segunda sessão da INT-I, foram registrados 12 comportamentos desejados, na terceira, 11, na quarta sessão, 13, na quinta, 10, na sexta sessão, 12, na sétima e oitava sessões, 10 e 12, respectivamente, na nona, 15 e na décima sessão, 14. Tais dados estão resumidos na Tabela 3.

Encerrada a fase de intervenção uma nova fase de linha de base (LB-II) foi realizada, exatamente da mesma maneira da LB-I, mas com mais três sessões. Para os comportamentos inadequados, observou-se que não houve nenhuma ocorrência nas sessões 1 e 2, e apenas 1 ocorrência na sessão 3. Em relação aos comportamentos adequados, na LB-II, foram registradas 35 ocorrências de comportamentos adequados, sendo 11 na primeira sessão, 13 na segunda e 11 na terceira.

Na fase de INT-II, foi registrado 1 comportamento inadequado, enquanto foram registrados 35 comportamentos adequados, sendo 12 na primeira sessão, 12 na segunda e 11 na terceira. Finalmente, após vinte dias foram realizadas duas sessões para o *follow-up*. Nestas sessões, que duraram 20 minutos cada, foi registrada 1 ocorrência de comportamento inadequado. Na segunda sessão não foram registrados comportamentos inadequados. Em relação aos comportamentos adequados, foram registrados 23 comportamentos, sendo 10 na primeira sessão e 13 na segunda, conforme a Tabela 3.

Para visualizar de modo mais adequado os dados obtidos do presente estudo, a Figura 2 apresenta as ocorrências de comportamentos adequados e inadequados em todas as fases do delineamento de reversão- replicação, seguido de *Follow-up*.

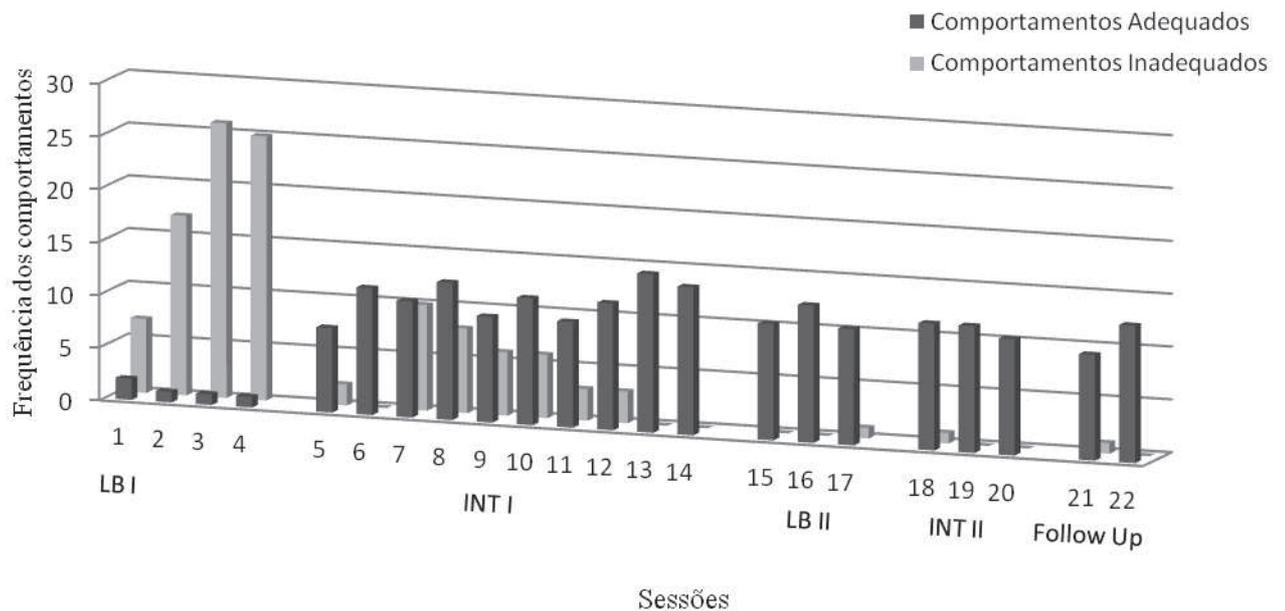


Figura 2. Frequência de comportamentos adequados e inadequados em todas as sessões.

O delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido de *Follow-up*, utilizado demonstrou que houve um aumento dos comportamentos adequados da participante e uma redução dos comportamentos inadequados durante as duas fases de intervenção quando comparadas com os comportamentos da linha de base, conforme demonstra a Figura 2 do presente estudo.

Também é possível perceber que na presença da mãe, os comportamentos inadequados ocorriam com maior frequência que na ausência da mãe.

A Figura 3 permite uma melhor visualização dos comportamentos inadequados nas sessões de LB I e INT I realizadas no consultório da pesquisadora, quando havia a presença da mãe e quando havia a ausência da mesma.

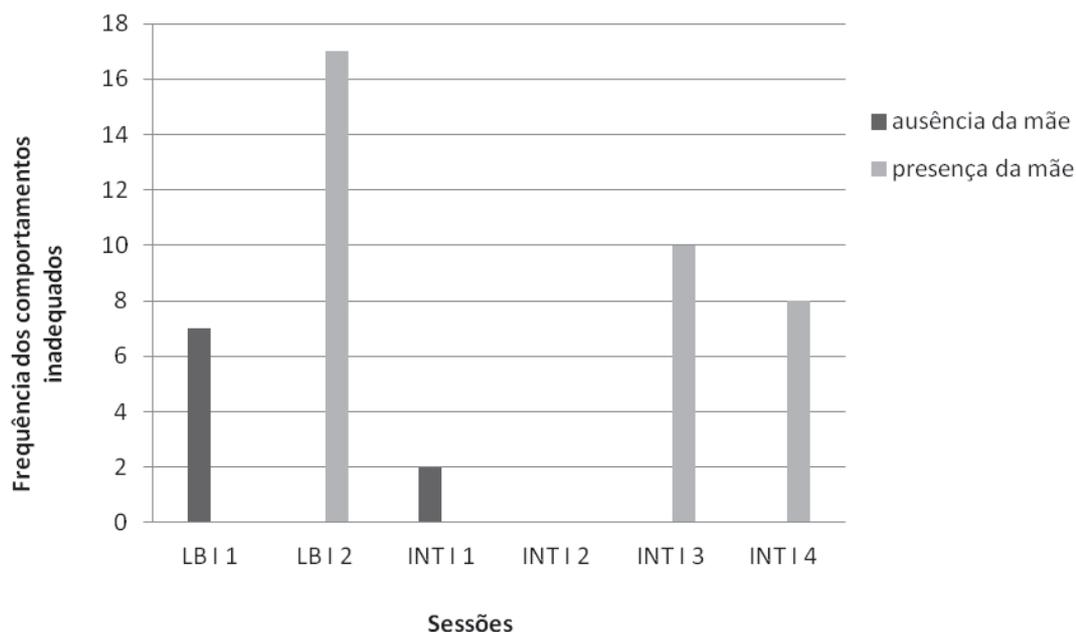


Figura 3. Frequência dos comportamentos inadequados, nas sessões realizadas no consultório, com a presença da mãe e na ausência da mãe.

Na primeira sessão de LB I, havia a ausência da mãe, e os comportamentos inadequados ocorreram 7 vezes. Na segunda sessão de LB I, a mãe estava presente e os comportamentos inadequados aumentaram para 17 ocorrências. Na primeira e segunda sessão de INT I, havia a ausência materna, e os comportamentos inadequados tiveram frequência de 2 e 0, respectivamente. Já na terceira e quarta sessão de intervenção, os comportamentos inadequados aumentaram para 10 e 8, respectivamente.

DISCUSSÃO

O presente estudo avaliou as condições que produziram e mantiveram os déficits e os excessos comportamentais de uma criança que relatou à mãe que foi abusada sexualmente pelo pai. Em decorrência desse fato, a criança passou a apresentar classes de comportamentos-problema como birras, desobediências, etc.. Por se tratar de comportamentos que interferiram nas relações familiares, considerou-se a possibilidade de modificar as classes de comportamentais inadequadas da participante e instalar comportamentos alternativos mais adequados ao seu ambiente social.

A fim de identificar os fatores que prediziam a ocorrência dos comportamentos inadequados apresentados pela participante, foram realizadas entrevistas para avaliação funcional com a mãe da criança, a professora e a babá. Durante a entrevista a mãe

relatou que suas tentativas de reduzir os comportamentos-problema da participante se mostraram ineficazes, apesar da mesma ter tentado por diversas vezes conversar com a filha, colocá-la de castigo, deixar de sair em público com a criança e até mesmo tentar realizar todas as suas vontades.

Porém, em todas as tentativas a mãe de Ana ficava paralisada com as birras, que dizia “não suportar” e pelos relatos do abuso sexual sofrido, cuja mãe sentia-se extremamente culpada. Assim, a cada tentativa de extinguir os comportamentos inadequados de Ana, a mãe não conseguia controlar os comportamentos da filha e acabava por reforçar positivamente seus comportamentos inadequados, cedendo aos caprichos da criança.

Os dados obtidos com o uso da entrevista de avaliação funcional (O’Neil et al., 1997) realizadas com a mãe indicaram que os comportamentos inadequados da criança sempre ocorriam quando mãe e filha estavam juntas, principalmente quando a mãe se envolvia em alguma atividade, além do contato próximo à filha.

Ainda sobre as entrevistas, os dados evidenciaram que a participante não permitia que a mãe disponibilizasse atenção para outras pessoas ou atividades, por exemplo, fazer suas unhas. Quando a mãe se envolvia em alguma conversa ou lazer que não envolvesse a criança, ela dava birras, começava a desobedecer e a fazer o oposto do que lhe era solicitado, ou passava a relatar o abuso sexual que sofreu. Já a babá relatou que os comportamentos inadequados de Ana ocorriam com mais frequência na presença da mãe do que com outras pessoas de seu meio social.

No entanto, quanto à entrevista com a professora, não houve relatos dos comportamentos inadequados os quais a mãe relatava. Segundo a professora, Ana ficava “mais nervosa” quando a mãe a levava para a escola, dando birras e desobedecendo quando tinham que se separar. Mas, assim que a mãe saía, a participante logo se voltava

para as atividades que envolviam outras crianças. Sendo assim, optou-se para não realizar sessões na escola da participante.

Assim, foram realizadas algumas sessões de observação direta para identificar os eventos antecedentes e consequentes que controlavam os comportamentos inadequados da participante. Os dados foram coletados no consultório da pesquisadora e no ambiente natural da criança, ou seja, em sua casa, visando identificar onde, quando e em que circunstâncias os comportamentos inadequados ocorriam, com o intuito de comparar os dados das entrevistas da mãe e da babá com as informações obtidas pela observação direta.

Iwata e Dozier (2008) alertam para a necessidade de incorporar procedimentos de avaliação indireta (e.g., entrevistas, inventários, questionários), avaliação direta (e.g., obtenção de dados por observação) e avaliação experimental funcional na prática clínica. De fato, ao incorporar procedimentos experimentais em suas intervenções, os analistas do comportamento estão em condições de oferecer uma forte contribuição para a modificação de processos que estão firmemente embasados em comportamentos.

Nesse sentido, foi utilizada a metodologia de análise funcional proposta por Iwata et al. (1982/1994), com finalidade de testar experimentalmente se a apresentação de diferentes condições controlavam os comportamentos-problema da participante. E observando como os eventos afetariam tais comportamentos, o que foi fartamente comprovado pelos dados apresentados: a atenção social disponibilizada pelas cuidadoras controlava os comportamentos-problema da participante.

Corroborando com Iwata et al (1982/1994), Britto et al., (2010), Marcon e Britto (no prelo), dentre tantos outros, a avaliação experimental funcional ou metodologia de análise funcional possibilitou identificar a relação funcional entre os

comportamentos inadequados da participante e as variáveis ambientais que o mantinham.

Ainda sobre os efeitos da manipulação da atenção social, os dados indicaram que entre as subcondições da condição de atenção, o contato físico produziu a maior ocorrência dos comportamentos inadequados. Porém, os dados desta subcondição não diferiram muito dos dados das outras duas subcondições de atenção (ordenar e comentário), o que sugere que todas as subcondições de atenção produziram altas taxas de comportamentos inadequados.

Em relação ao uso da metodologia descrita por Iwata et al. (1982/1994), para estudar os eventos antecedentes e consequentes de comportamentos-problema, as condições desenvolvidas de (1) *atenção*, (2) *demanda*, (3) *sozinho* e (4) *controle* foram usadas para estudar as autoagressões de autistas. No entanto, no presente estudo, foram delineadas três daquelas condições que poderiam evocar e manter comportamentos de birras de uma criança que relatou a mãe que fora sexualmente abusada pelo pai. Usando condições nas quais as birras produziam (1) *atenção* da pesquisadora, e outras condições, com consequências não sociais, (2) *sozinho*, observou-se as ocorrências de birras nas três condições de atenção e não ocorrência de birras nas duas outras condições de sozinho, juntamente com uma condição de (3) *controle* do presente estudo.

Realça-se mais uma vez, que nas condições sozinha (sozinha com demanda e sozinha sem demanda) e controle, não houve a emissão de nenhum comportamento inadequado. Contudo, nos dados registrados em vídeo observou-se que na condição de *sozinho*, sem demanda, um esboço de birra foi iniciado: a participante posicionou-se topograficamente para a emissão do comportamento inadequado, mas antes foi conferir na porta se havia a presença de alguém. Diante da constatação de que estava sozinha na sala, a criança “desistiu” de sua birra e foi engajar-se em outra atividade. Tais dados demonstraram que a atenção social era extremamente reforçadora para os

comportamentos inadequados. Skinner (1953/1978) argumentava que o comportamento operante tem probabilidade de ocorrer apenas em ambientes nos quais ele tem probabilidade de ser reforçado.

Isto explica também o fato dos comportamentos inadequados terem ocorrido com frequência muito maior quando havia a presença da mãe do que quando havia apenas a presença da pesquisadora. Sendo assim, na presença da mãe, os comportamentos inadequados aumentavam sua frequência em relação à frequência dos comportamentos inadequados emitidos na presença apenas da pesquisadora. Foi possível notar que na tentativa de fazer com que a criança parasse de emitir comportamentos inadequados, a mãe disponibilizava atenção social, o que fazia com que a criança fosse sempre reforçada em seus comportamentos inadequados.

Sobre o efeito de a atenção social controlar momentaneamente comportamentos-problema, Marcon & Britto (no prelo) argumentam que o comportamento verbal inapropriado dos esquizofrênicos era também uma tentativa de obter atenção social, pois tal comportamento no passado produziu atenção. A atenção social, neste caso, funcionava como uma operação motivacional, ou seja, o pouco acesso à atenção social faz com que ela se torne um importante reforçador. Baseando-se nestes dados, é possível afirmar que no presente estudo, a atenção social funcionou para a criança como uma operação motivacional, ou seja, quando Ana não tinha atenção, comportava-se inadequadamente para obter atenção da mãe.

Partindo desse pressuposto, no segundo momento, para intervir nas classes comportamentais inadequadas, foi utilizado o delineamento de reversão e replicação, no formato ABAB, seguido por *Follow-up*. E o procedimento que envolveu a extinção dos comportamentos inadequados, combinado com o reforçamento de comportamentos alternativos adequados mostrou-se adequado pelo resultado alcançado.

Isto é explicado por Martin e Pear (2007/2009) ao afirmarem que o reforçamento diferencial de comportamentos alternativos (DRA) será muito eficaz se o reforçador utilizado for o mesmo que mantinha os comportamentos inadequados. No presente estudo, os comportamentos inadequados foram sensíveis ao arranjo das contingências programadas. Isto se deve ao fato da operação motivacional ter função evocativa, ou seja, poder aumentar comportamentos que tenham sido previamente reforçados pelo estímulo, no caso, a atenção social (Marcon, & Britto, no prelo).

Notou-se que a atenção social contingente a comportamentos inadequados tinha eficácia reforçadora, pois a atenção social não era disponibilizada contingente a comportamentos adequados, funcionando como uma operação motivadora para a ocorrência destes, pois ao emitir comportamentos inadequados a participante tinha maior probabilidade de “produzir” alguma forma de atenção (Marcon, & Britto, no prelo), ainda que momentaneamente. Sendo assim, atenção não contingente aos comportamentos adequados, isto é, restrição da atenção, funcionou como uma operação motivadora que aumentou a probabilidade de comportamentos que produziam atenção social, no caso os comportamentos inadequados (e.g., birras, desobediências falar sobre o abuso sexual) ocorressem como demonstraram os dados aqui evidenciados.

Pesquisas como as de Iwata et al. (2000) demonstram que a manipulação das variáveis motivadoras é um poderoso método para reduzir comportamentos inapropriados e aumentar ocorrências de comportamentos desejáveis em ambientes naturais. Deste modo, para a intervenção dos comportamentos inadequados, foi realizado um programa de tratamento no qual a atenção social foi utilizada para reforçar comportamentos adequados e a retirada da atenção social foi utilizada para a extinção dos comportamentos inadequados.

Assim, neste procedimento houve a extinção dos comportamentos inadequados, associada ao reforçamento diferencial positivo de comportamentos alternativos adequados (e.g. brincar sozinha, não se intrometer enquanto a mãe realiza qualquer atividade, esperar por sua vez para obter atenção da mãe, etc.): quando Ana emitia algum comportamento inadequado, a atenção social que mantinha tais comportamentos era retirada (EXT) e quando havia a emissão de algum comportamento adequado, a atenção social seria disponibilizada (DRA) com comentários do tipo: “Muito bem, Ana”, “Você está muito boazinha” ou mesmo com sorrisos para a criança.

O delineamento de reversão e replicação, no formato ABAB teve o objetivo de intervir nas classes comportamentais inadequadas e foi utilizado após o delineamento de múltiplas condições; utilizou-se do reforçamento diferencial de comportamento alternativo (DRA), um procedimento que envolveu a extinção (EXT) de um comportamento-problema indesejável combinada com o reforçamento de comportamentos desejáveis (Martin & Pear, 2009).

Por ser uma intervenção realizada no ambiente natural, seja no consultório da terapeuta ou na casa da participante, optou-se por maior número de sessões da INT I, que na INT II. Os resultados da INT I apontaram que os comportamentos inadequados da participante deixaram de ocorrer nas últimas sessões dessa fase. Porém, por se tratar de uma pesquisa experimental em contextos clínico e natural, optou-se para a realização de mais uma LB II, e mais 3 sessões de INT II onde mais uma vez ficou demonstrado que o DRA para os comportamentos adequados e a EXT para os comportamentos inadequados controlaram o comportamento da participante.

Ao comparar os resultados das sessões da LB-I com os da INT, percebe-se que já na primeira sessão da INT I houve acentuada redução da frequência de comportamentos inadequados e um significativo aumento de comportamentos

adequados. Sendo assim, é possível afirmar que os comportamentos inadequados foram sensíveis à extinção, enquanto a atenção social foi um reforçador importante para o estabelecimento de comportamentos adequados.

Alguns dados relevantes nas sessões de intervenção (INT I): na segunda sessão de intervenção, não houve comportamentos inadequados e na terceira sessão voltaram a ocorrer comportamentos inadequados. Com o passar das sessões os comportamentos inadequados foram sendo extintos. O que se pode afirmar em relação a este fato é que na segunda sessão da intervenção a mãe da criança não estava presente, e na terceira sessão, houve a presença da mãe, confirmando-se mais uma vez, que a atenção social disponibilizada pela mãe era a mais forte reforçadora dos comportamentos inadequados. Outro dado interessante foi uma birra na segunda sessão de intervenção. A criança chorava e rolava no chão enquanto a pesquisadora ignorava este comportamento. Quando a criança olhou para a pesquisadora, pegou a caixinha de lenços, secou as lágrimas dizendo: “parei, agora você pode brincar comigo?”. Este fato demonstra o processo de aprendizado e conhecimento das contingências por parte da participante.

Com este estudo foi possível obter em pouco tempo, uma visível melhora dos comportamentos inadequados produzidos pela participante. Antes dos procedimentos de intervenção, era evidente a dificuldade de se controlar, de se relacionar interpessoalmente, além de mostrar-se algumas vezes afastada dos demais pares nas relações sociais. Após os procedimentos de intervenção, a participante não apresentava mais os problemas evidenciados *a priori*.

Em relação à dificuldade de se autocontrolar, isto é claramente observado até mesmo no número total de comportamentos emitidos durante as sessões. Com o decorrer do processo, Ana comportava-se de modo mais tranquilo, com menos comportamentos, e de modo mais adequado.

No que se refere à dificuldade de a participante se relacionar com terceiros, é obvio que após a intervenção, esta dificuldade foi sanada, uma vez que Ana passou a comportar-se adequadamente. Em relação à insegurança e segurança, antes da intervenção, a criança comportava-se de modo inseguro, solicitava a mãe para tudo o que fazia e após a intervenção, mostrou-se segura na forma de comportar-se, uma vez que aprendeu a lidar com a presença materna, mostrando-se autônoma em muitas tarefas e aprendendo a esperar pela atenção materna.

Após 20 dias da realização da última sessão da LB-II, foi realizada uma sessão para o *Follow-up*, na qual houve o registro de apenas uma ocorrência do comportamento inadequado, logo no primeiro minuto da sessão. Ana estava gripada e precisava tomar um remédio aparentemente de gosto ruim. Ela deveria tomar duas colheres e após engolir a primeira colher, disse à mãe que não queria mais. A mãe disse que ela precisava tomar e a criança começou a chorar, empurrando a colher que caiu no chão. Após este acontecimento, a mãe sentou-se no sofá e disse para a filha que ela deveria tomar para poder tomar banho de piscina logo, disse para a filha tomar rápido que nem ia ver. A criança riu e tomou o remédio. A partir daquele momento, a mãe relatou que não se registrou mais comportamentos inadequados da participante.

A grande contribuição deste estudo para a psicologia é demonstrar a eficácia da modificação de comportamento, mesmo em crianças com pouca idade. O fato de Ana ter sido vítima de abuso sexual não mudou o procedimento de modificação de seus comportamentos inadequados, pois o que mantinha tais comportamentos eram as contingências às quais ela estava exposta.

A mãe rotulava a filha como uma eterna vítima, a criança que foi abusada. O que Ana passou foi difícil sim, mas seus comportamentos inadequados foram modificados,

como os de qualquer outra criança que não foi abusada, o que demonstra mais uma vez que tudo depende das contingências nas quais a criança é inserida.

Os dados obtidos no presente estudo confirmam a importância dos familiares no processo de modificação de comportamento, onde os pais se tornam participantes no processo de mudança dos filhos e capacitados para a promoção da generalização de repertórios de comportamentos adequados dos filhos (Mello, 2010).

E é a importância da participação da família que também limita o sucesso conquistado com os procedimentos de intervenção, pois qualquer mudança na situação em que mãe e filha se encontram, pode ser determinante para que a mãe passe a ver a filha como vítima e comece novamente o processo de reforçar a birra e outros comportamentos inadequados da criança.

Para a pesquisadora, o trabalho com a criança foi tão gratificante quanto difícil. Quando Ana, tão pequena chegou à psicoterapia, tornou-se um desafio para a pesquisadora por tratar-se de uma criança que foi sexualmente abusada. E direcionou para um estudo mais específico sobre o abuso sexual e conseqüentemente para uma realidade que sempre se fez presente no consultório da pesquisadora, que não conseguia não se mobilizar com casos como estes. Portanto, foi difícil para ela, não agir como a mãe de Ana, e não “ceder” aos apelos da criança, afinal, é extremamente comóvente ouvir uma criança tão pequena dizer com todas as letras que o pai colocou p. na sua p.

Futuros estudos podem acompanhar a criança por um intervalo de tempo maior e continuar na intervenção com situações futuras que venham a surgir com a criança e com a mãe, até mesmo numa futura re-inserção do pai na vida da criança.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L.F.R. (1998). Olhar psicodramático sobre a questão da violência: o processo de cura no Psicodrama bipessoal. *Publicações Científicas do 11º CBP*. 11º congresso brasileiro de Psicodrama: Campos do Jordão-SP, p. 4-7.
- Azevedo, M. A. e Guerra, V.N.A. (1988). *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca.
- Bowman, L. G., Fisher, W. W., Thompson, R. H., & Piazza, C. C. (1997). On the relation of mands and the function of destructive behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 30(2), 251-265.
- Braga-Kenyon, P. R. (2001). Análise funcional das respostas de agressão em uma criança de oito anos diagnosticada com autismo. Em: H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz. & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição – Expondo a variabilidade* (Vol.08, pp. 49-60). Santo André: ESETec Editores Associados.

- Brasil. *Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Campinas: Jurídica Mizuno, 1999. 436p.
- Braum, S. *A violência sexual infantil na família*. Porto Alegre: AGE, 2002.
- Britto, I. A. G. S., Rodrigues, I. S., Alves, S. L., & Quinta, T. L. S. (2010). Análise funcional de comportamentos verbais inapropriados de um esquizofrênico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 139-144.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Tradução organizada por D. G. Souza. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1998).
- Chauí, M. (1995). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Chiesa, M. (2004). *Behaviorismo Radical: a filosofia e a ciência*. Tradução organizada por C. E. Cameschi. Brasília: Editora Cealeiro. (Trabalho original publicado em 1994).
- DeLeon, I. G., Arnold, K. L., Rodriguez-Catter, V., & Uy, M. L. (2003). Covariation between bizarre and nonbizarre speech as a function of the content of verbal attention. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36(1), 101-104.
- Dixon, M. R., Benedict, H., & Larson, T. (2001). Functional analysis and treatment of inappropriate verbal behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(3), 361-363.
- Failman, C.J.F. *Abuso sexual em família: a violência do incesto a luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- Ferrari, D.C.A. Visão histórica da infância e a questão da violência. In: FERRARI, D.C.A e VECINA, T.C.C. (org). *O fim do silêncio na violência intrafamiliar*. São Paulo: Ágora, 2002.
- Fisher, W. W., Piazza, C. C., & Chiang, C. L. (1996). Effects of equal and unequal reinforcer duration during functional analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 29(1), 117-120.
- Goulart, P., & Assis, G. J. A. (2002). Estudos sobre autismo em análise do comportamento – aspectos metodológicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, IV, 151-165.
- Gonçalves, C. S.(org). (1988). *Psicodrama com Crianças – Uma Psicoterapia Possível*. São Paulo: Ágora.
- Haber, G.M.; Carmo, J. S.. (2008). O fantasiar como recurso na clínica comportamental infantil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. VIII, 150-173.

- Hanley, G. P., Iwata, B. A., & McCord, B. E. (2003). Functional analysis of problem behavior: A review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36(2), 147-185.
- Hoch, H., McComas, J. J., Thompson, A. L., & Paone, D. (2002). Concurrent reinforcement schedules: behavior change and maintenance without extinction. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35(2), 155-169.
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Iwata, B. A., Dorsey, M. F., Slifer, K. J., Bauman, K. E., & Richman, G. S. (1994). Toward a functional analysis of self-injury. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 27(2), 197-209. (Reedição do *Analysis and Intervention in Developmental Disabilities*, 2, 3-20, 1982).
- Iwata, B. A., & Dozier, C. L. (2008). Clinical application of functional analysis methodology. *Behavior Analysis in Practice*, 1, 3-9.
- Iwata, B. A., Pace, G. M., Kalsher, M. J., Cowdery, G. E., & Cataldo, M. F. (1990). Experimental analysis and extinction of self-injurious escape behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, p. 11-27.
- Iwata, B. A., Smith, R. G., & Michael, J. (2000). Current research on the influence of establishing operations on behavior in applied settings. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 33(4), 411-418.
- Iwata, B. A., Wallace, M. D., Kahng, S. W., Lindberg, J. S., Roscoe, E. M., Connors, J., Hanley, G. P., Thompson, R. H., & Worsdell, A. S. (2000). Skill acquisition in the implementation of functional analysis methodology. *Journal of Applied Behavior Analysis*, p. 181-194.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). [Impact of sexual abuse on children](#): A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113, 164 - 180.
- Kodak, T., Northup J., & Kelley, M. E. (2007). An evaluation of the types of attention. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 40(1), 167-171.
- Lancaster, B. M., LeBlanc, L. A., Carr, J. E., Brenske, S., Peet, M. M., & Culver, S. J. (2004). Functional analysis and treatment of the bizarre speech of dually diagnosed adults. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 37(3), 395-399.
- Laraway, S., Snyckerski, S., Michael, J., & Poling, A. (2003). Motivating operations and terms to describe them: some further refinements. *Journal of Applied Behavior Analysis*, p. 407-414.
- Marcon, R. M. (2010) O Comportamento Verbal do Esquizofrênico sob Múltiplas Condições de Controle. 106f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás. (disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/index.php).

- Marcon, R. M & Britto, I. A. G. S. (no prelo). Operações motivadoras e atenção social: eventos relevantes para comportamentos de esquizofrênicos. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*.
- Martin, G. & Pear, J. (2009). *Modificação de Comportamento: o que é e como fazer*. Tradução organizada por N. C. de Aguirre. 8ª edição. São Paulo: Roca. (Trabalho original publicado em 1992).
- McCord, B. E., Thomson, R. J., & Iwata, B. A. (2001). Functional analysis and treatment of self-injury associated with transitions. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(2), 195-210.
- Mello, J.S, (2010). Análise funcional do comportamento de agressão física em uma criança com autismo. 80f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás. (disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/index.php).
- Michael, J. (1982). Distinguishing between discriminative and motivational functions of stimuli. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 149-155.
- Ministério da Educação (2004). Guia Escolar de Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- Moreira, M. B. & Medeiros, C. A. (2007). *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Oliveira, I. J. S. & Britto, I. A. G. S. (2011). *Síndrome de Down: Modificando comportamentos*. Santo André: ESETec Editores Associados.
- O'Neil, R. E., Horner, R. H., Albin, R. W., Sprague, J. R., Storey, K., & Newton, J. S. (1997). *Functional Assessment and Program Development for Problem Behavior: A Practical Handbook*. Pacific Grove: Brooks/Cole.
- Pio-Rosa, K. (2008). Aquisição e generalização de comportamentos em uma criança com diagnóstico de autismo. Dissertação de Mestrado, não publicada, Universidade Católica de Goiás. (disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/index.php).
- Pires Filho, M. F. *Abuso sexual em meninos: A Violência Intrafamiliar através do Olhar de Psicólogo que Atende em Instituições*. Juruá, 2009.
- Rapp, J. T., Miltenberger, R. G., Galensky, T. L., Ellingson, A. S & Long, E. S. (1999). A functional analysis of hair pulling. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 32(3),329-337.
- Rodrigues, J. L., Brino, R. F., & Williams, L. C. A.(2006). *Concepções de sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual*. Paidéia: Ribeirão Preto.

- de Rose, J. C. ; [Gil, M. S. C. de Alcantara](#) . Para uma análise do brincar e de sua função educacional. In: M. Z. S. Brandão; F. C. S. Conte; F. S. Brandão; I. Ingberman; C. B. de Moura; V. M. da Silva; S. M. Oliane. (Org.). *Sobre comportamento e cognição. A história e os avanços, a seleção por consequências em ação.*. Santo André: ESETec Editores Associados, 2003, v. 11, p. 373-382.
- Sanderson, C. *Abuso sexual em crianças fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.
- Santana, L. A. M. (2008). Comportamento verbal e esquizofrenia: estratégias operantes de intervenção. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. (disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/index.php).
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações*. Tradução de M. A. Andery & T. M. Sério. Campinas, S.P: Editorial Psy. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1970). *Ciência e Comportamento Humano*. Tradução organizada por J. C. Todorov & R. Azzi. 2ª Edição. Editora Universidade de Brasília e FUNBEC: Brasília. (Trabalho original publicado em 1953).
- Starling, R. R. (2004). Produção de conhecimento e ciência natural. Em Brandão, M. Z. e cols. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição*. (84-119). V 13. Santo André: ESETec.
- Sidman, M. (1978). *Táticas da Pesquisa Científica: avaliação dos dados experimentais na psicologia*. Tradução organizada por M. E. Paiva. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1960).
- Thompson, R. H., & Iwata, B. A. (2005). A review of reinforcement control procedures. *Journal of Applied Behavior Analysis*, p. 257-278.
- Vasconcelos, L. A. Terapia analítico-comportamental infantil: alguns pontos para reflexão. In: Hélio José Guilhardi; Maria Beatriz Barbosa Pinho Madi; Patrícia Piazzon Queiroz; Maria Carolina Scoz. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: Expondo a Variabilidade*. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001, v. 7, p. 340-350.
- Volkert, V. M., Lerman, D. C., & Vorndran, C. (2005). The effects of reinforcement magnitude on functional analysis outcome. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 38(2), 147-162.
- Wilder, D. A., Masuda, A., O'Connor, C., & Baham, M. (2001). Brief functional analysis and treatment of bizarre vocalizations in an adult with schizophrenia. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(1), 65-68.
- Williams, L. C. A.. Abuso sexual infantil. In: H J Guilhardi; M B B P Madi; P P Queiróz; M C Scoz. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições*

para a construção da teoria do comportamento. Santo André: ESETec Editores Associados, 2002, v. 10, p. 155-164.

Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvidas você pode procurar o Comitê de Ética em pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pelo telefone: (62) 3946-1512.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: Modificação de comportamentos - problema de uma criança vítima de abuso sexual.

Pesquisadora Responsável: Marina Rodrigues Novais, psicóloga (CRP 09/5679), especialista em Psicologia Jurídica, Especialista em Psicodrama Psicoterapêutico, mestranda do curso de Pós-graduação em Psicologia *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Telefone para contato: maiores esclarecimentos através do telefone: (62) 9696-1253.

Descrição da Pesquisa: No presente estudo serão avaliadas as condições que produzem ou mantêm os déficits e os excessos comportamentais de uma criança que foi abusada sexualmente, bem como investigar o repertório comportamental desta criança, utilizando os procedimentos da análise aplicada do comportamento, a fim de aprimorar seu repertório comportamental e contribuir posteriormente, através de seus resultados, para o tratamento de problemas semelhantes.

Procedimento da Pesquisa: Caso haja o consentimento dos pais ou responsável para a participação do seu filho, as sessões serão realizadas na clínica da psicóloga mestranda, numa sala disponibilizada por esta, bem como na casa do participante, quando isto se fizer necessário, sendo todas elas filmadas, a fim de garantir maior fidedignidade no registro dos dados. As sessões estão previstas para ocorrerem por um período de 2 meses, tendo cada sessão a duração de 5 a 15 minutos.

Riscos aos participantes. O consentimento informado de forma livre e os procedimentos a serem utilizados asseguram a privacidade e a confidencialidade, bem como a proteção do sigilo, uma vez que nomes não serão divulgados. As informações não serão utilizadas em prejuízo aos participantes e familiares. A intervenção será realizada no formato terapêutico, uma vez por semana. As sessões para coleta de dados serão de curta duração, cerca de dez minutos, cada. Caso haja qualquer tipo de dano resultante da participação, mesmo que não previsto no termo de consentimento, os participantes terão direito à assistência integral e à indenização. O comitê de ética será informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do presente estudo.

Medidas para minimizar os riscos. Com vistas a minimizar os riscos aos participantes, serão explicados o propósito e os objetivos da intervenção aos pais dos participantes. Para garantir o consentimento livre, serão explicados em que consistem a intervenção, métodos e procedimentos. E que, com o desenvolvimento de investigação dessa

natureza, no futuro, é possível o favorecimento de técnicas que possam contribuir para minimizar o sofrimento da criança e seus familiares.

Medidas para resolver os riscos. A pesquisadora ficará atenta a qualquer imprevisto, para que possa intervir habilmente, resolvendo os possíveis riscos sem causar danos. Ainda assim, caso haja algum dano decorrente da pesquisa, o participante que se sentir prejudicado poderá buscar o sistema judiciário brasileiro e o que for determinado pela lei será acatado pela pesquisadora responsável.

Benefícios aos participantes. Crianças que sofreram abuso sexual, são provavelmente mais vulneráveis e, como tal, são asseguradas no procedimento o respeito às mesmas. Será respeitado horário e atividades rotineiras da criança. A intervenção pode ter um impacto importante na redução de comportamentos-problemas, além de efeitos positivos no controle de estados emocionais tendo, como consequência, um impacto positivo nas relações familiares. Dentre outros benefícios, cita-se o tratamento especializado e gratuito em psicologia.

Garantias e Privacidade. A pesquisadora informou aos pais e deles obteve o aceite para os objetivos desta pesquisa, bem como o uso de filmadora dentro da sala experimental, para o registro em vídeo das sessões, com a finalidade única de favorecer a descrição precisa dos dados. Tempo provável para a duração desta pesquisa: no máximo quatro meses. Os procedimentos previstos pelo delineamento experimental: os participantes do estudo poderão encerrar sua participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para a continuidade de seu tratamento; garantia de sigilo, o qual assegurará a preservação da identidade dos participantes e ao final da pesquisa todo o material por ela produzidos, serão incinerados. Também a permissão para divulgação oral e impressa dos resultados deste estudo em revistas e/ou eventos científicos sob a condição de que seus nomes sejam preservados. Os dias e horários para o desenvolvimento do estudo serão definidos após o parecer positivo do Comitê de Ética da PUC Goiás.

Confidencialidade: Todos os dados da presente pesquisa serão confidenciais e somente utilizados pelos pesquisadores responsáveis para fins científicos. Nenhum nome ou resultado individual será divulgado, permanecendo em total sigilo. Esta pesquisa objetiva fornecer dados que auxiliem pesquisadores visando contribuir para maiores esclarecimentos em metodologias, bem como demonstrar a utilização de procedimentos da Análise Aplicada do Comportamento na modificação de comportamentos – alvos.

Participação: A participação é voluntária, sendo garantida ao participante o direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem penalidade alguma e sem nenhum prejuízo ao seu cuidado.

Procedimento:

As estratégias a serem utilizadas serão da terapia comportamental com foco em mudanças de comportamento, por meio das mudanças nas contingências ambientais. As sessões experimentais serão realizadas em um consultório, em uma clínica particular – Rua 9B, esquina com AV. B, nº 129, 1º andar, sala 104, Centro Médico Saulo Lopes de Moraes, Setor Oeste, Goiânia – Goiás, onde a pesquisadora é membro do quadro de profissionais. As sessões serão registradas em vídeo e áudio, com a finalidade de: a) preservar os dados observados originalmente; b) aumentar a fidedignidade na análise do comportamento antes e após intervenção.

Período de participação:

As sessões experimentais estão previstas para ocorrer no período de quatro meses, tendo cada sessão duração aproximada de 10 minutos. Será realizada uma sessão por dia, duas vezes na semana.

Pretende-se disponibilizar o conhecimento científico decorrente desta pesquisa comportamental para psicoterapeutas, pais e professores e pessoas que lidam com este tipo de problema, pois serão oferecidos recursos para que lidem com comportamentos inadequados de crianças vítimas de abuso sexual.

Nome da Orientadora: Ilma A. Goulart de Sousa Britto

Assinatura da Orientadora

Nome da Pesquisadora: Marina Rodrigues Novais

Assinatura da Pesquisadora

Nome do responsável pela criança participante: Juliana de Almeida França

Assinatura do responsável

Local e Data: _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO FILHO COMO SUJEITO

Eu, _____ RG: _____ CPF: _____ e
_____, RG: _____ CPF: _____,

responsáveis pelo (a) menor _____, concordo com a inclusão de nosso (a) filho (a) como participante da pesquisa: Modificação de comportamentos - problema de uma criança vítima de abuso sexual. Fomos devidamente informados e esclarecidos pela pesquisadora responsável Marina Rodrigues Novais sobre a pesquisa. Fomos garantidos de, a qualquer momento, podemos retirar nosso consentimento, sem que isto nos exponha qualquer penalidade. Por meio desta, afirmamos que a mestrande Marina Rodrigues Novais, tem a autorização que o nosso (a) filho (a) participe da pesquisa, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Ilma Aparecida Goulart de Souza Britto. Damos também a autorização para o registro em vídeo das sessões deste estudo. Concordamos inclusive, com a possível publicação dos resultados desta pesquisa em forma de dissertação, resumos e/ ou em artigos científicos publicados em periódicos especializados.

Nome do responsável: _____

Assinatura: _____

Anexo 2- Entrevista para Avaliação Funcional

Nome: _____ Idade: ____ Sexo: ____

Data da avaliação: ____ / ____ / ____

1) Descrição dos Comportamentos:

	Comportamento	Frequência	Duração	Intensidade
a)				
b)				
c)				
d)				
e)				

f)				
g)				

2) Defina os eventos que desencadeiam os **comportamentos problemas**:

a) HORÁRIO: **quando** os comportamentos têm maior/menor probabilidade

Maior probabilidade _____

Menor Probabilidade _____

b) AMBIENTE: **onde** os comportamentos têm maior/menor probabilidade de ocorrer?

Maior probabilidade _____

Menor probabilidade _____

c) PESSOAS: **com quem** os comportamentos têm maior/menor probabilidade de ocorrer?

Maior probabilidade _____

Menor probabilidade _____

d) ATIVIDADE: **quais atividades** têm maior/menor probabilidade de produzir os comportamentos?

Maior probabilidade _____

Menor probabilidade _____

3) O comportamento da pessoa seria afetado se:

a) Você lhe pedisse uma tarefa difícil

b) Participante quisesse algo, mas não conseguisse

c) Se você lhe disse uma ordem

d) Se você mudasse sua rotina

4) Como a pessoa se comunica com as pessoas?

Pedir atenção: _____

Pedir alimentos: _____

Indicar dor física: _____

Rejeitar uma situação: _____

Indicar descontentamento: _____

5) A pessoa segue instruções?

6) Quais as coisas que a pessoa gosta?

6.1 Comestíveis: _____

6.2 Objetos: _____

6.3 Atividades: _____

6.4 Locais: _____

6.5 Outros: _____

7) O que você sabe sobre a história dos comportamentos indesejáveis dessa pessoa?

7.1) Houve tentativas de diminuí-los?

7.2) Por quanto tempo isto tem sido um problema?
